Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO DAS AUDIÇÕES COM CARÁTER DE URGÊNCIA DO PRESIDENTE DO SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES E DO PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO.

Angra do Heroísmo, 08 de janeiro de 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 563 Proc. n.º 35-09
Data: 018/02/06 N.º 1/XI

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 08 de janeiro de 2018, na delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, as audições do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e do Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, conforme deliberação da Subcomissão, em 02 de janeiro de 2018.

O mencionado requerimento, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 27 de dezembro de 2017, tendo, por despacho da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sido remetido com caráter de urgência, ao presidente da Comissão de Política Geral em 28 de dezembro de 2017.

Em, 02 de janeiro de 2018 da agenda da Subcomissão constava, a deliberação no âmbito do Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP – "Audição Parlamentar do Senhor Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, bem como do Senhor Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros de Angra do Heroísmo."

A Subcomissão deliberou por unanimidade com os votos favoráveis dos Grupos e Representações Parlamentares com direito a voto, proceder-se à audição requerida, tendo o Grupo Parlamentar do PS solicitado que a audição do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores fosse acompanhada do membro do Governo com a tutela em matéria de Proteção Civil.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição funda-se no poder conferido às Comissões para solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPÍTULO II

Audições

Transcrição da Audição do Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, acompanhado pelo Secretário Regional da Saúde

Angra do Heroísmo, 08 de janeiro de 2018

(*) **Presidente:** Bom dia a todos. Bom dia, desde logo, ao Sr. Secretário e ao Sr. Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Bom dia a todos os colegas. Bom dia aos Srs. Jornalistas. Realmente esta Comissão está com um número que nunca tinha atingido desde que eu entrei na Comissão.

Só para dar uma nota que simultaneamente exige um cuidado: esta Comissão vai ser gravada. Entendeu-se que seria importante. Existe esta possibilidade, desde o início desta última Sessão Legislativa, de gravar as Comissões, designadamente aquelas que são audições que são efetuadas, como é o caso desta. E, portanto, vai ser gravada e eventualmente será depois transcrita, caso se julgue como proveitoso este facto, por parte de alguns dos Grupos Parlamentares. E, por isso, eu dizia que era uma chamada de atenção que simultaneamente exigia um cuidado, porque as pessoas quando falarem, têm que ter a preocupação de puxarem para junto de si o microfone, para depois ser suficientemente claro o som que é recebido, para se fazer a respetiva transcrição caso seja necessário.

E, portanto, sem mais demoras, eu, em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Secretário e ao Sr. Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, a vossa presença nesta Comissão. Quando é este tipo de audições, não daria primeiro a palavra a quem vai ser ouvido, mas daria primeiro a palavra ao Partido que suscitou esta audição, que é o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Portanto, eu daria a palavra, desde já, ao Sr. Deputado Artur Lima para fazer a apresentação, naturalmente, das razões que levaram à apresentação deste requerimento e, se assim o entender, deixar desde logo duas ou três

questões, daquelas que entenda como necessárias e importantes. Após daria a palavra ao Sr. Secretário e ao Sr. Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e depois abriria também a possibilidade aos restantes Grupos Parlamentes de colocarem as questões que entenderem por convenientes. E por isso, Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia a todos. Saúdo o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Proteção Civil. Caros colegas, comunicação social…

Bom, este assunto, naturalmente é um assunto que o CDS traz a esta Comissão, naquelas que devem ser as funções do Parlamento de, perante problemas concretos e que dizem respeito às populações, também ouvir quem de direito para eventualmente tomar alguma posição, que no âmbito das suas competências tenha que tomar.

As notícias públicas são variadas, sobre o mau funcionamento da Corporação de Bombeiros de Angra, que são públicas e publicadas, outras são faladas nos cafés, procurando particularmente a mim e também sei que outras pessoas, outros Deputados, manifestando uma preocupação e um desentendimento gravíssimo entre a Direção dos Bombeiros e o Comando dos Bombeiros. A nossa preocupação principal é que pode estar em causa o pronto-socorro e o devido socorro às populações. Quando a Direção e o Comando não se entendem, e como viram publicado no jornal, quando um desautoriza o outro e o outro desautoriza o outro, as coisas não funcionam. E, por isso, o CDS pediu para ouvir quem é responsável e tutela os Bombeiros, que é o Serviço de Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e a Secretaria Regional da Saúde, porque nos parece que, acima de tudo, é importante esclarecer o que se passa ali.

E, por acaso, fiquei espantado e começo logo pela primeira pergunta, presumo que o senhor é militar…

(Aparte)

Presumo bem. Então não vou ter que explicar nada sobre disciplina. Portanto, Sr. Presidente, nessa matéria saberá melhor do que eu. E, portanto, quando as coisas […] no jornal, uma notícia no Diário Insular e eu começava já nas perguntas, Sr. Presidente, se me permite, que a Direção dos Bombeiros pediu várias reuniões com a Proteção Civil, para demitir o Comando e a resposta da Proteção Civil foi nenhuma, sobre essa matéria.

Depois eu tive acesso, de umas reuniões que houve entre a Proteção Civil, a Direção, o Comando…

(Aparte)

e o Corpo de Bombeiros, a esse documento onde tem as conclusões, enfim, da reunião com o Comando, da reunião com a Direção. A primeira pergunta que eu tenho para lhe fazer… o que espanta é que não haja uma única referência à Direção de Bombeiros e haja referências ao Comando dos Bombeiros. E as ações que os senhores propõem é só sobre mudanças no Comando dos Bombeiros e não na Direção dos Bombeiros. Eu passo a citar as conclusões, mas a primeira pergunta é: conhece o currículo do Comandante dos Bombeiros, do Segundo Comandante e dos Adjuntos? Eu queria saber se essa gente tem ou não tem currículo para ocupar os cargos que ocupa. É a primeira pergunta que eu tenho para lhe fazer.

A segunda pergunta, uma das conclusões que a Proteção Civil e Bombeiros tira é que e passo a ler, isto é que me deixa um bocadinho preocupado: "Pese embora todo o profissionalismo, dedicação e boas intenções do atual Quadro de Comando, a sua ação não está a funcionar com a esperada eficiência e eficácia, tornando-se óbvio que terão de ser implementadas mudanças na atitude, na forma de relacionamento e até na constituição da própria estrutura." Eu pergunto-lhe: em que é que fundamenta isto? Depois: "Deverão ser atribuídas responsabilidades, competências, a correspondente autonomia e autoridade às chefias, chefes e subchefes, que são a real estrutura do suporte regular de funcionamento destas unidades." Eu pergunto-lhe: em que é que fundamenta isto? E, portanto, eu julgo que aqui já temos alguma coisa para começar.

Mas, duas perguntinhas muito simples para terminar e depois dar também lugar aos colegas: tem conhecimento que no turno da noite há apenas uma e só uma ambulância de serviço de bombeiros para todo o concelho de Angra? Tem conhecimento das condições degradantes e degradadas da secção dos Altares e que essa está fechada à noite, há já vários tempos? E a Proteção Civil, que medidas tomou sobre isso? E, portanto, eu pergunto-lhe se, perante isto tudo, o senhor já não devia ter ordenado uma inspeção, em vez dessas reuniões em que andamos aqui a atirar culpas uns aos outros, se não devia ter feito uma inspeção e uma auditoria independente externa ao que se está a passar, para bem e defesa das populações.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava agora a palavra, não sei exatamente como é que… Eu penso que nós estamos aqui com a audição que foi pedida ao Sr. Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que neste caso vem acompanhado do Sr. Secretário, tal como foi definido nas diligências. Se é o Sr. Secretário que pretende, de imediato…

(Aparte)

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Bom dia, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar permitam-me fazer aqui um comentário que está relacionado com esta matéria da emergência e socorro, para frisar os acontecimentos que ocorreram este fim-de-semana, nomeadamente no sábado de manhã em que acordamos todos com a questão do Mestre Simão e a demonstração de que, quando todas as entidades estão bem articuladas e funcionam em pleno, as coisas correm bem. E, portanto, queria mencionar isso, porque acordamos todos logo com esta notícia e a Proteção Civil, de imediato, teve que atuar juntamente com […] e foi uma boa demonstração da boa articulação da Proteção Civil.

Relativamente a esta questão que está aqui em causa, do mau relacionamento entre a Direção da Associação de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e o seu Comando, esclarecer aqui algumas questões, porque nem sempre o que vem na comunicação social é o correto. Só para vos dizer que, penso que foi em fevereiro deste ano, nós recebemos, em audiência, a Direção dos Bombeiros com o Comando dos Bombeiros, portanto o Sr. Comandante, na altura, o Segundo Comandante e os Adjuntos. E, a partir daí, houve um conjunto de reuniões durante este ano e penso que terá sido a Associação que mais vezes… o Sr. Presidente da Associação de Bombeiros e a própria Inspeção […] porque efetivamente a situação foi-se avolumando. Mas se nós repararmos, a Associação tinha uma Direção e meses depois já não era a mesma Direção. E, portanto, depois os Srs. Deputados irão falar que o Presidente da Associação não é o mesmo com quem iniciei essa ronda de...

(Aparte)

Bom, é preciso também distinguir aqui a autonomia que as Associações têm, o relacionamento hierárquico que existe com o Comando de Bombeiros e quais são as regras que existem para, por exemplo, demitir ou não demitir o Comandante de

Bombeiros, a própria Associação, a sua assembleia geral, demitir ou não demitir a Direção. E da parte da Proteção Civil, nós temos tido, ao longo deste ano, um número de reuniões, na tentativa de conciliar as situações. Efetivamente há qui uma situação da relação que existe entre a Proteção Civil e as Associações de Bombeiros, mas depois há o funcionamento interno dessas Associações de Bombeiros e, como tal, está à margem desse funcionamento que está regulado.

A nossa preocupação, como é óbvio, tinha a ver com aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse e muito bem, da preocupação se o socorro às populações estava ou não assegurado. E tem sido essa a nossa preocupação, no conjunto de reuniões que foram feitas ao longo deste ano.

Houve aqui uma situação também, que ocorreu já em outubro, o Comandante dos Bombeiros estar envolvido numa outra operação que nós tivemos, que foi pública, ter ficado suspenso o seu exercício de funções e, nessa altura, se ter posto como é que ele poderia ou não ser substituído. Ou seja, já antes, a Direção tinha manifestado a intenção de o demitir e daquilo que existe nas regras tituladas, o Presidente da Proteção Civil só o poderia exonerar numa situação muito complicada, já de um processo judicial transitado em julgado e, portanto, toda a responsabilidade era da própria Direção. Obrigaria que a Direção tivesse, no início deste mandato, quando o nomeou, portanto, as Associações nomeiam e a Proteção homologa os Comandos de Bombeiros, uma determinada carta de demissão, com determinados objetivos, que a não serem cumpridos, aí seriam motivos da Direção incorrer em demitir, mas isso é na esfera da própria Associação.

No conjunto dessas reuniões e houve aqui reuniões, não só com a Direção, mas com o Comando, com os Adjuntos, com os assalariados, com os voluntários, porque o fenómeno que aconteceu aqui foi por este mau relacionamento dentro do próprio Comando. Houve um conjunto de voluntários que abandonaram a Associação e que quiseram assim por em causa algum dos piquetes que existiriam para…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Eu não ouvi bem. O que é que disse? Quem é que pôs em causa?

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Saída de alguns dos voluntários, ou seja, a saída de bombeiros da Corporação diminuiu o número de pessoas disponíveis para os piquetes que eram necessários para os trabalhos que estavam acometidos à Associação.

A questão dos Altares, foi lançado um concurso por parte da Associação para uma empreitada das obras nos Altares, obviamente para regularizar a situação infraestrutural que lá existia.

A meados de dezembro, mais concretamente a 15 de dezembro, depois desse conjunto de reuniões que foram promovidas a meu pedido, pelo Sr. Presidente da Proteção Civil e pela Inspeção, com essas várias entidades internas da Associação, nós decidimos, com base no relatório que o Sr. Deputado acabou de ler algumas partes, com base em algumas das recomendações, enviar uma carta, a 15 de dezembro, ao Sr. Presidente da Associação com aquelas principais recomendações que nós entendíamos que eram importantes para o normal funcionamento. E são recomendações que vão para a Direção: a postura que a Direção deve ter no seu relacionamento com o Comando, com as instruções que deve dar ao Comando e na comunicação que deve haver entre as duas entidades. Portanto, já nessa altura, depois de todo este rol de reuniões, nós decidimos formalmente emanar à Associação um conjunto de recomendações e correções que devem ser feitas. E, portanto, são recomendações que demonstram que há algum mau funcionamento por parte da Direção, má atuação por parte do Comando e que eles devem comunicar entre si. Portanto, são as regras consideradas como as mais importantes para que, de facto, o serviço voltasse a normalizar. E na ilha Terceira temos um exemplo importante de comparação, que é: com as mesmas condições, o Serviço Regional de Proteção Civil, com o mesmo financiamento, com as mesmas regras de atuação, nós temos a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória a funcionar plenamente, a conseguir ter no terreno todos os meios que são necessários para o socorro da população e no concelho vizinho a situação a não funcionar, portanto, com as mesmas regras. É de salientar esse esforço que foi feito na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, porque é um serviço que tem vindo muitas vezes a ser alargado ao concelho de Angra, quando é necessário e isso é de salientar. E é o mesmo que acontece noutras ilhas, em que os bombeiros são chamados para colaborar em vários concelhos, daqueles que extravasam a sua área de atuação. E esta era a minha primeira… O Sr. Presidente quer?…

(*) Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Respondendo às perguntas do Sr. Deputado, daquilo que vem no jornal, de facto, foi dito pelo Presidente da Associação de Bombeiros, dizendo que pediu várias reuniões para

demitir o Comando. Estive com ele e também com toda a Presidência da Associação e todos os membros, ou a maior parte deles, talvez umas oito ou nove reuniões ao longo do ano, onde se abordaram diversos temas, desde o financiamento, os problemas que tem havido na Corporação e, claro, uma das preocupações desta Direção, principalmente quando entrou esta nova Direção no exercício de funções…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Porque é que chama "a nova Direção"?

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Porque é que eu chamo "a nova Direção"? Porque…

Presidente: Eu queria evitar o diálogo…

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Porque foi a saída do Presidente anterior, a demissão dele e quando esta Associação assumiu as funções. De qualquer das formas (como é que eu hei de dizer?), a formação da Direção da Associação não depende da responsabilidade do Serviço Regional de Proteção Civil, tem a ver com a assembleia geral, eles é que nomeiam, é que fazem, têm os Órgãos deles. E também é preciso referir outro assunto, é que as Associações não são nossas subordinadas, as Associações são nossas parceiras no socorro às populações. Temos com eles uma relação de parceria, não de subordinação deles perante nós.

E, de facto, o atual Presidente manifestou a intenção de demitir o seu Comandante, por determinadas razões que, por certo, os senhores depois lhe irão perguntar, quando ele vier a ser ouvido. Daquilo que eu lhe disse, legalmente ele não razões para demitir o Comandante, não o poderia fazer, nem ele, nem nós tão pouco. Essa é a situação. Mas não foi só o único tema que foi abordado, foram muito mais, desde conselhos que nós demos ao funcionamento dentro da própria Corporação, ou relacionamento.

Depois, quando o senhor pergunta sobre a atribuição de responsabilidades, daquilo que nós vimos nas reuniões que fizemos, é que, de facto, as chefias intermédias se queixavam, por um lado, devido ao mau relacionamento com o Quadro de Comando. Alguns deles deixaram quase voluntariamente de ter responsabilidades, outros disseram que as responsabilidades de chefias de equipas lhes foram retiradas.

Também um dos assuntos que nós abordamos e constatamos, a falta de comunicação que havia entre a própria Direção da Associação e o Comando. E para funcionar bem numa situação destas, em termos de disciplina, tem que haver apoio por parte da Associação ao

Comando e não podem estar de costas voltadas. Nós […] que ela tinha que traçar objetivos, tinha que fazer reuniões com o Corpo de Comando e também com o Corpo de Bombeiros, onde nos informasse daquilo que pretendiam todos eles, o que pretendiam no socorro, o que é que pretendiam fazer e notava-se, principalmente, uma falta de comunicação entre todas as partes.

Depois, o que é que me perguntou mais? Uma ambulância para todo o concelho de Angra. De facto, o que se regista durante a noite? Nos últimos tempos tinha sido só uma ambulância disponível para o concelho de Angra. Só que na ilha Terceira e como noutras ilhas, o Serviço Regional de Proteção Civil, através da sua sala de despacho, faz uma gestão de ilha, não faz só uma gestão de concelho. Isto quer dizer o quê? Que para 54 mil pessoas, que são os habitantes da ilha Terceira, segundo o que eu presumo, nós teríamos sempre três ambulâncias prontas. Porquê? Porque a Praia a Vitória tem sempre duas ambulâncias prontas durante a noite, com mais uma de Angra faz três.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Mas em Angra fazia quatro.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Porque que era muito melhor, de facto. A Organização Mundial de Saúde estipula como número bom, uma ambulância para 25 mil pessoas. É esse o rácio e nós cumprimos plenamente. De qualquer das formas, de facto, no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, ou o Governo Regional, apoia só uma ambulância durante a noite, tanto na Praia, como em Angra. Só que as Associações e é para isso que elas são criadas, são para manter e ter o Corpo de Bombeiros e para prestar o socorro às populações. Normalmente, em quase todas as Corporações, através dos seus piquetes de voluntário, através do serviço de voluntário, o que é que acontece? Têm sempre mais uma ou duas, às vezes até três ambulâncias prontas, em caso de necessidade, nos piquetes durante a noite.

Uma das situações que veio criar a situação vivida até há pouco tempo, porque segundo aquilo que eu sei e as pressões que nós temos feito, pressões não diria isso, os conselhos que nós temos dado à Associação e ao Comando, reunimos também periodicamente com o Comando do Corpo de Bombeiros, é que se criassem escalas de serviço, escalas de piquete necessárias para termos a segunda tripulação de ambulância e, presumo eu, isso irá ser implementado a partir desta semana. Não quer dizer que seja hoje, mas a garantia que foi dada…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Na noite.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Na noite, porque de dia temos sempre as duas, ou mais. Não é? Estamos a falar da noite. E as garantias que foram dadas é que seriam implementadas. O que se passou foi que, no ano passado, foi feito um contrato de trabalho entre a Associação e o Corpo de Bombeiros, que fez com que nesse contrato de trabalho e que se soube, segundo a informação que tive, os bombeiros assalariados deixassem de fazer as horas de voluntário. Só que, em princípio, eles serão voluntários antes de serem propriamente assalariados. Nesta situação, como todos os bombeiros voluntários, eles irão fazer, ou em princípio assim será, cento e noventa horas de voluntariado por ano, aproximadamente vinte e dois turnos por ano, vezes dezanove assalariados, o que dá, de facto, para ter sempre, quer as duas ambulâncias, quer as tripulações, prontas. Eu presumo que esse aspeto irá ser ultrapassado. Com as mudanças efetuadas eu espero que acalme a organização e que o espírito dentro da Corporação volte ao normal. É aquilo que se espera e que se ultrapasse rapidamente estes problemas que são condicionados por todos, inclusive por nós e tentamos regular ao longo deste tempo.

Quero também informar que o Serviço Regional de Proteção Civil efetuou uma inspeção em novembro, dezembro de 2015 e nessa altura houve pequenos pormenores que foram recomendações, mas não se vivia a situação que depois começou a agudizar-se um pouco em 2017. Quero com isto dizer também que a apreciação que nós fizemos é que o socorro às populações, de facto, nunca esteve em causa. Nunca deixou de existir e de haver socorro às populações. Vou-vos dizer só um caso concreto, que foi neste sábado passado, em que nós tivemos uma evacuação aérea da Terceira para Ponta Delgada, onde foram evacuadas três pessoas simultaneamente, as três com enfartes agudos do miocárdio, as três ambulâncias estavam lá…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Bem bom que não houve o quarto.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** O senhor pode-me dizer: então se houvesse um acidente grave e houvesse mais cinco vítimas? E se a seguir também um prédio ruísse e houvesse mais dez vítimas? São situações com que eu me preocupo todos os dias. Na minha função eu estou preocupado todos os dias, todas as horas, para que nós tenhamos sempre o socorro pronto, em

condições e em qualidade para fazer o melhor serviço às populações. É lógico que há contingências, há circunstâncias, há coincidências que nos preocupam e trabalhamos todos os dias para melhorar esses fatores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, penso que tem uma pequena precisão a fazer. Agradecia que fosse rápido.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Para não haver dúvidas e até porque vão ter a seguir o Sr. Presidente da Associação. Quando eu disse que, efetivamente, em fevereiro, eu próprio recebi o Sr. Presidente da Proteção Civil, a Direção e o Comando na altura, queria precisar, porque o Sr. Presidente da Associação… houve uma notícia em que o jornalista depois não percebeu, falou que ele tinha pedido audiências comigo desde março e não é verdade. Em novembro houve, ou finais de outubro, este novo Presidente da Associação pediu para tratar desse caso em concreto e tendo em conta a especificidade do mesmo… eu não estava cá na semana que ele pediu e encarreguei o Presidente da Proteção Civil para reunir com ele. E, portanto, há um conjunto de reuniões em outubro, em novembro, várias vezes, onde efetivamente esse assunto foi tratado, pelo facto de eu ter encarregado o Sr. Presidente da Proteção Civil do mesmo, ou seja, para ficar claro que da minha parte o assunto tem vindo a ser acompanhado relativamente a esta situação.

Depois, a situação das duas ambulâncias que existiam à noite, uma delas assegurada, como em todas as Associações de Bombeiros, pelos piquetes que existem de voluntários. Veio-se a agudizar em Angra pelo facto de…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, eu depois queria fazer uma interpelação à Mesa, se faz favor. Não, acabe….

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Eu só estava a precisar essa situação que se veio a agudizar no final do ano. E eu estou a fazer esta questão, uma vez que eu prestei declarações na Comissão de Política Geral, no decorrer da audição sobre o Plano, em que o Sr. Deputado me perguntou se eu sabia dessa situação e se ela estava resolvida. É por isso, Sr. Presidente, que eu pedi para clarificar que prestei declarações nesta Comissão. A informação que nós tínhamos é que naqueles dias a situação estava regularizada, porque havia um conjunto de voluntários que tinham assegurado a segunda ambulância. A situação piorou, depois, como se lembram, veio a

Operação Asclépio, uma data de situações e o Comandante ficou suspenso a partir daí. E eu estava a pedir só para esclarecer isso, como tinha prestado declarações nessa Comissão a dizer que tinha conhecimento e naquele dia ou naquela semana estaria resolvido, era só para depois os Srs. Deputados...

(Aparte)

Mas eu queria era clarificar para depois não dizerem que eu tinha dito…

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Para uma interpelação…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, é uma interpelação, se me permite, no sentido de agilizar os trabalhos e também para que saia daqui algum sumo. Não é? Portanto, eu gostaria, se o Sr. Presidente me permite, de sugerir que o interpelante tivesse depois uma réplica, porque o Sr. Presidente da Proteção Civil não me respondeu às perguntas todas que eu lhe coloquei. E, portanto, eu achava que se houvesse uma "replicazinha" para recolocar na questão e as perguntas, eu achava interessante, mas se o Sr. Presidente permitir.

Presidente: Deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado. É que essa é a pratica normal nesta Comissão. Portanto, de imediato, ia-lhe dar a palavra, porque o Sr. Deputado é que tinha feito a primeira…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Mas como é a primeira vez que venho à sua Comissão, com muito gosto na verdade e como vejo que há regras diferentes de Comissão para Comissão, gostaria de…

Presidente: Há réplica e ainda poderá haver mais réplicas…

(Aparte)

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Muito obrigado. Eu acho absolutamente espantoso e extraordinário que os senhores se refiram a uma nova Direção, quer o Sr. Secretário, quer o Sr. Presidente da Proteção Civil. Ora bem, Direção dos Bombeiros eleita em assembleia geral, mas também votaram os que votaram. É democracia, não é? Mas era interessante também saber quantos votaram, dos sócios dos Bombeiros, mas votaram os que votaram. É a democracia. Presidente – Álvaro Carepa; Vice-Presidente – Alcino de Meneses; Secretário – Francisco Trovão; Tesoureiro – Álvaro Coelho; Vogal – Telmo Dias; Suplentes – João Avelar, o Padre Carlos Correia e Nuno Bettencourt. Durante essas reuniões, os senhores reuniram apenas com uma Direção com quatro pessoas, porque os

outros estão todos demitidos. Não acharam isso estranho, nem o Sr. Secretário, nem o Sr. Presidente da Proteção Civil. Portanto, é atualmente Presidente o Sr. Alcindo Meneses, que era Vice-Presidente. O Sr. Carepa renunciou ao mandato. O Sr. Coelho (vejam a gravidade disto), o tesoureiro, renunciou ao mandato. Dos suplentes, o Sr. João Avelar renunciou ao mandato e o Sr. Nuno da Cunha Bettencourt também renunciou ao mandato. E, portanto, os senhores vêm-me dizer, falaram de uma nova reunião que tinha oito pessoas quando foi eleita, está com quatro pessoas neste momento e os senhores consideram a situação regular. Os senhores não fazem um único reparo, nas vossas recomendações e conclusões sobre essa matéria e têm competência para isso. Já lá vamos às vossas competências. Portanto, eu acho absolutamente extraordinário, os senhores estão a tomar parte de uma parte e não estão a tentar resolver o problema, porque isto é gravíssimo! É de uma gravidade atroz, o que está aqui! E os senhores são cúmplices disto. Uma Direção que tinha oito pessoas e tem quatro.

Depois, demitir ou não demitir a Direção? Diz o Sr. Secretário: – mas antes eu vou às inspeções. O Sr. Presidente referiu que na inspeção ordinária de 2015 não foi detetado anda. Eu tenho aqui relatos de falta de fardamento há cinco anos, falta de botas há não sei quantos anos e, portanto, espanto-me como é que em 2015, que foi há dois anos e pouco atrás, não tenham dado por nada.

Depois, eu fiz-lhe uma pergunta, o senhor validou (o senhor… a Proteção Civil, entenda-se) o currículo do Comando, não é só do Comandante, o Comandante é outro processo, como o Sr. Secretário já disse. Não me meto nisso, é da justiça, mas as pessoas só são condenadas quando são condenadas, até lá… Eu já fui constituído arguido por queixas do Partido Socialista, cinco vezes, e ainda não fui preso. E acho que tem mais uma… E, portanto, eu perguntei-lhe, não foi do Comandante, é do Comando. O senhor confirma ou não que o Segundo Comandante Jorge Silva é formador de desencarceramento da Proteção Civil. Confirma? Não tem competência para ser Segundo Comandante dos Bombeiros de Angra? Confirma ou não que um dos bombeiros, um dos Adjuntos do Comando, o bombeiro Cláudio, é dos bombeiros mais condecorados dos Açores? Não tem competência para estar no Comando dos Bombeiros? Confirma ou não que o Adjunto Direitinho tem formação, quer em saúde, quer no Serviço de Bombeiros, quer com curso avançado de suporte de vida, desencarceramento, etc.? Tem um currículo brilhante.

Pessoa que, aliás, acho que o senhor conhece muito bem. Confirma isto tudo? Validaram este Comando e de um momento para o outro, o Comando já não tem condições. Sr. Presidente, é muito grave o que se está a passar debaixo dos vossos olhos e sem a vossa atuação!

Vou agora às vossas competências legais. Há a inspeção ordinária que os senhores têm que fazer e depois, nos termos da lei, como o senhor muito bem sabe, há inspeção por denúncia e os senhores tiveram acesso a denúncias públicas de mau funcionamento. Porque é que o senhor não fez uma inspeção por denúncia?

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** À Corporação ou à Associação?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* À Corporação! A inspeção por denúncia está na lei! Há dois tipos de inspeções: a inspeção ordinária que os senhores têm que fazer e a inspeção por denúncia. Ora, havendo denúncias públicas sobre irregularidades da Associação Humanitária dos Bombeiros de Angra, que comprometeram objetivamente o serviço, ou podiam comprometer o serviço, eu pergunto se foi ordenado algum processo inspetivo para o apuramento de factos e responsabilidade e isto chama-se inspeção por denúncia. Porque é que o senhor não o fez? Porque é que a Proteção Civil não o fez? E, portanto, os senhores têm conhecimento disto há muito tempo, desde fevereiro. Mais grave, eu tinha a noção que isto era desde novembro e desde que o Sr. Presidente da Câmara manifestou a sua preocupação com esse serviço. Mas se é desde fevereiro que os senhores sabem isto e não fizeram, isto é de uma gravidade absoluta, na minha opinião! E, portanto, inspeção por denúncia. Porque é que não a fez?

Quanto às chefias, o senhor disse aí que era preciso distribuirmos papeis pelos chefes.

(Aparte)

As responsabilidades pelos chefes e subchefes. Eu vou-lhe dizer então: tenho aqui um documento onde é distribuído ao subchefe Pamplona as suas responsabilidades para a área da saúde, para a área […] Tenho aqui nomeações internas, responsabilidades… tem aqui um documento onde nomeia para a formação em emergência a saúde o adjunto do Comando João Direitinho, a bombeira de segunda Cláudia Azevedo e o bombeiro de terceira Sérgio Pereira. Tenho aqui nomeado com funções para o parque de viaturas o chefe João Álvaro, tenho nomeado para processos individuais e recursos humanos o chefe

Paulo Silveira, tenho para a charanga o chefe Fernando Nascimento, tenho para o fardamento em grande ângulo (não sei o que é que quer dizer) o subchefe Teófilo Cota, para fardamento o subchefe Cesário Pamplona e eu podia continuar por aqui a baixo com os bombeiros. Ou seja, aquela recomendação que os senhores dão, ouvindo apenas uma das partes, é desmentida por isto. Foram feitas.

Depois há mais por aqui abaixo, há alertas vários à escala de serviço, que está aqui feita, também feita por este Comando. Há até, que eu achei muito interessante, um questionário feito aos bombeiros e à Corporação, pelo Comando, para darem a sua opinião sobre a organização dos serviços, a satisfação pelo sistema de gestão, a satisfação pelas condições de trabalho, a satisfação pelo desenvolvimento da carreira, os níveis de motivação. Quer dizer, há aqui um inquérito para eles darem a sua opinião e os senhores acham que isto é mau Comando? Há, depois, pedidos a V. Exa. e à Direção para apoio jurídico em alguns processos disciplinares. Não deram nenhum.

(*) Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Não demos nenhum?

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para processos disciplinares instaurados aos bombeiros.

E depois há aqui uma coisa de extrema gravidade […] que é o tal dito acordo. Aquilo não é nada! Eu acho absolutamente extraordinário que o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Proteção Civil, ou seja, que o Governo, a grande causa do mau funcionamento dos Bombeiros Voluntários de Angra é exatamente aquele pseudo-acordo que fizeram. E aconteceu o quê? Transformaram toda aquela gente…

(*) Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Mas quem fez, desculpe? Eu só peço desculpa pelo seguinte: como sabem, eu não tenho a vossa experiência e o Sr. Deputado fala durante meia hora e eu depois não consigo acompanhar todas as perguntas.

Presidente: Ó Sr. Deputado, estamos numa réplica, portanto não estamos no quadro das questões… depois pode haver uma segunda ronda.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Dá-me licença. Muito bem. Mas é exatamente a réplica ao Sr. Secretário e ao Sr. Comandante àquilo que não me respondeu, àquilo que me devia ter respondido e às afirmações que fez, nomeadamente as escalas de serviço,

nomeadamente na questão do acordo de trabalho que não fui que falei, foi ele. Portanto, está aqui a réplica.

Isso foi o grande problema! Eu gostaria, na réplica… esse acordo e organização do horário de trabalho (é assim que se chama), isto não é nada! Não tem validade nenhuma! Devia ter sido revisto em janeiro, os senhores em fevereiro tiveram conhecimento disso e não fizeram nada. O que é que aconteceu? Todos os bombeiros, os chamados assalariados, passaram à categoria profissional do tripulante de ambulância. O que é que acontece? Esta gente não vai aos toques! Toca para incêndio, não vão! Não vão ao serviço noturno! Não vão, porque acham-se pressionados. Foi isso o grande problema nos Bombeiros de Angra e foram chamados à atenção por isso! Alguém chamou à atenção. Alguém lhes enviou denúncias. E, portanto, também relativamente a isso, eu pergunto onde é que isto está publicado e que validade legal isto tem para os senhores, o documento que os senhores falaram. Que validade legal isto tem? Um acordo da organização que não foi publicado em sítio nenhum e é assinado pelo Comando, curiosamente.

(Aparte)

Mas eu estou aqui para defender a verdade, Sr. Presidente. Não estou aqui para defender uma das partes, estou para defender o serviço às pessoas e a população. Presumo que é também a sua missão. Eu não estou a defender uma das partes, nem a tomar parte por uma das partes. Eu quero tomar parte pelo serviço de bombeiros dos Bombeiros, porque, como o senhor muito bem disse e na réplica que contino a dar-lhe, primeiro são bombeiros, disse o Sr. Presidente da Proteção Civil. Estes senhores deixaram de ser bombeiros voluntários, não fazem serviço voluntário, porque passaram até a tripulantes de ambulância e isto é que é a gravidade da questão, Sr. Presidente, como o senhor reconhece tão bem como eu. E, portanto, isto é ilegal! Isto não pode ser! O senhor sabe tão bem quanto eu que isto é absolutamente ilegal e que tem uma forma de os remunerar. Eu acho que tinha de haver outras formas.

Presidente: Sr. Deputado vai ter que acelerar um bocadinho, senão não vamos ter tempo.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Vou já terminar, Sr. Presidente. E realmente, eu acho que já lhe enumerei aqui três ou quatro situações de extrema gravidade e agradecia que, quer o Sr. Secretário, quer o Sr. Presidente, me esclarecessem. E, portanto, eu fico-me por aqui, Sr. Presidente, dizendo, Sr. Presidente da Proteção Civil, que folgo que na

Praia funcione bem, que haja duas ambulâncias, mas tenho pena que em Angra não tenha duas ambulâncias e que o senhor me venha justificar com rácios, quando, no passado, deixou de haver duas ambulâncias, apenas e só, quando este dito papelinho entrou em vigor. Até lá havia sempre duas ambulâncias.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu não sei quem é que…

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Posso começar e depois…

Presidente: Eu acho que têm que se organizar.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Então a gente organiza-se, a gente sai meia hora para nos organizarmos sobre quem responde à pergunta e depois voltamos.

Presidente: Não, não é isso!

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Eu gostava de dizer algumas coisas e o Sr. Presidente da Proteção Civil também.

Presidente: Com certeza. Sr. Secretário, a audição pedida foi a do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que veio acompanhado pelo Sr. Secretário, portanto pode… têm é que estar organizados nas respostas que dão. Obviamente, têm que se organizar.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Vou responder a algumas e ele há de responder a outras.

Presidente: Sim senhor. Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Ó Sr. Presidente, então tenho direito a duas réplicas.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Bom, o que eu gostava de esclarecer aqui, penso que nós todos estamos com o mesmo espírito, que é a preocupação da resolução desta situação. Só que o Sr. Deputado Artur Lima lança as coisas de uma forma…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Peço desculpa, eu não lhe aceito isso! Eu não lancei nada! Eu fundamentei em documentos!

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Posso? Sr. Deputado, posso?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Não, não! Peço desculpa, eu não aceito o termo!

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Ó Sr. Deputado, eu vou retificar. Eu utilizo outra expressão. Por exemplo, o Sr. Deputado diz que nós só ouvimos uma parte e é a isso que

eu me queria referir. As recomendações que a 15 de dezembro nós enviamos à Direção dos Bombeiros e quando eu referia a nova Direção, eu estava a referir-me que havia um novo Presidente, obviamente não houve eleições e a gente sabe muito bem essa situação que o Sr. Deputado referiu. Quando eu disse nova Direção, devia ter dito novo Presidente. Bom, essas recomendações derivam de um conjunto de reuniões que foram feitas em que foram ouvidas todas as partes. Todas as partes foram ouvidas! O Comando, os Adjuntos do Comando, os bombeiros assalariados, os bombeiros voluntários, a própria Direção. E, portanto, isto foi a súmula de tudo aquilo que eles todos disseram e que nós consideramos, tendo em conta o contributo de todos, que estas eram as recomendações que a Direção, por também não ter atuado como devia ter atuado, deveria implementar para a resolução desta questão. E, portanto, isso são recomendações e volto a repetir, que resultam do contributo de todos, neste processo.

Depois, nós, em fevereiro, temos uma reunião de apresentação de cumprimentos com a Direção, na altura estava presidida pelo Sr. Carepa e a totalidade do Comando, onde foram falados vários temas, entre os quais aqueles que preocupam aquela Associação de Bombeiros, como todas as outras e que foram, em abril, alvo de uma reunião do Conselho Regional de Bombeiros, onde estiveram todas as Associações de Bombeiros e todos os Comandos. Da nossa parte foi transmitido aquilo que nós gostaríamos, neste início de mandato (também é preciso distinguir que nós estamos a falar de situações que ocorreram em 2016 e anterior) e aquilo que nós queríamos implementar e modificar no relacionamento e na forma de funcionamento. Em fevereiro, efetivamente, a Direção trouxe esse acordo que realizou, à qual nós somos totalmente alheios, é apenas da responsabilidade da Associação, mas foi a própria Direção que o tinha assinado em 2016, ou 2015, não sei, em que já estava na intenção de o revogar, porque tinha chegado à conclusão que tinha sido este um dos problemas que tinha provocado algumas das situações que se vieram a agravar. Portanto, para esclarecer que, da nossa parte, a intervenção que foi feita, foi para ouvir todas as partes. Aliás, bastará perguntar a essas partes sobre o que é que pensam do papel que tem tido, a Proteção Civil, na colaboração para a resolução deste problema. Portanto, como tal, nós, da nossa parte, temos estado a fazer tudo aquilo que achamos que é o importante para concluir o fim por que nós

desejamos, que é termos a Corporação a funcionar bem, um bom relacionamento entre o Comando e a Direção e, principalmente, termos meios disponíveis.

(Aparte)

Presidente: Peço desculpa, mas não vai haver diálogo! Sr. Secretário, se faz favor, não vai responder diretamente ao Sr. Deputado Artur Lima! Sr. Presidente da Proteção Civil…

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Relativamente ao currículo do Comandante, do Segundo Comandante e dos dois Adjuntos, de facto, conheço. De facto, eles já estavam em funções quando eu assumi as minhas funções e em nenhuma situação aí, desses documentos que o senhor provavelmente terá, que lhe foram entregues, eu disse que tem que ser demitido o Comando, os Adjuntos do Comando, ou não. Eu proponho uma renovação do Quadro de Comando, que é uma coisa completamente diferente. Uma renovação pode ser a entrada de mais gente. E disse que sim, que, de facto, a suspensão do nosso Comandante, ou do atual Comandante, não é nada benéfica, nem para a Associação, nem para a Corporação, nem para a vivência. Porquê? Porque aqueles, os Adjuntos, entraram com o Comandante, faziam parte do projeto do Comandante e estando o Comandante suspenso, de facto, a situação não é nada agradável. No geral, tenho grande consideração por todos eles, agora o que é um facto é que a situação não estava a funcionar e quando não está a funcionar, as coisas têm que ser alteradas, têm que ser mexidas, têm que ser faladas. Mas em lado nenhum digo, nem o senhor pode dizer que eu disse, para demitir qualquer um deles. Depois, também de tal maneira que, neste momento, o Segundo Comandante continua em exercício de funções e irá continuar em exercício de funções. Não há nenhuma situação sobre isso.

Relativamente à nossa responsabilidade na inspeção, às denúncias que o senhor falou e segundo aquilo que sei, aquilo que vem na comunicação social e nos documentos que o senhor tem, não são denúncias à Corporação, são denúncias à Associação. E a nossa responsabilidade, Sr. Deputado, da Inspeção de Bombeiros do Serviço Regional, é fazer as inspeções à Corporação, não é à Associação. Não tenho responsabilidade nenhuma sobre a Associação. A Associação tem o seu conselho fiscal, tem a sua assembleia geral, tem o Presidente da Assembleia Geral e eles é que têm que definir se são quatro, se são

oito, ou se são dez os membros necessários. Nós temos que ter um parceiro com quem dialogar, esse parceiro é aceite pela assembleia geral da Associação e, como tal, não é da nossa competência julgar essa parte. A nossa competência tem a ver com a parte operacional.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Artur Lima, depois poderá vir, numa segunda ronda, com mais algumas questões. Vamos agora diversificar um bocadinho e dar a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Muito bem. Bom dia a todos. Queria aproveitar a oportunidade para desejar um feliz ano de 2018 a todos os colegas e a todos os presentes. Queria também saudar o CDS pela iniciativa que apresenta, que ela ao menos permite que se aborde uma questão e que se esclareça de uma vez por todas um aspeto que tem estado na praça pública e que, naturalmente, pode alarmar as populações e, portanto, tem que ser tratado com toda a clareza. E digo mesmo que essa saudação se prende com o facto do CDS, através dessa iniciativa, de alguma forma, se associar às preocupações que o PS já tinha manifestado, em dezembro do ano passado, portanto há cerca de dois meses atrás, a propósito precisamente de um serviço de ambulância, nos termos que o Sr. Secretário aqui já referiu e que eu não irei, por isso também, aprofundar. Mas queria só, com essa referência, salientar que para nós, como é evidente, o essencial é o tratamento e o socorro, melhor dizendo, às populações, nomeadamente do serviço de ambulância. É isso que nos preocupa e é isso que nos deixa reconfortados face àquilo que já foi informado nesta reunião. Há aqui aspetos importantes que são desenvolvimentos aos nossos alertas e às nossas preocupações de há dois meses atrás. Gostava também de referir que lamento o Sr. Deputado Artur Lima não estar aqui, mas queria precisamente frisar um aspeto que já foi aqui referido, que é a autonomia das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e essa autonomia baseia-se no regime legal que (ainda bem que regressou, Sr. Deputado) …

(Aparte)

… e é bom que se diga que esse regime jurídico, que regula o funcionamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários nos Açores, tem garantido a estabilidade das Associações e a operacionalidade de um serviço fundamental para as nossas populações. E, portanto, isto para nós é um imperativo. Ainda bem que tem sido

assim. Isso também é feito através da sensibilidade que todos os Governos Regionais, independentemente da cor partidária, têm tido ao longo dos anos, através do financiamento das Associações, através de inúmeros apoios que têm permitido que a regra seja o bom funcionamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Os problemas, as dificuldades, as questões mais concretas, nomeadamente as que aqui nos trazem, são a exceção que confirma regra e é sempre bom nós falarmos nisso, quando estamos a falar de dezoito realidades ao longo das nove ilhas e dos nossos dezanove concelhos. É muito bom que se deixe também isso claro, no sentido de tranquilizar as populações. Aliás, na ilha Terceira, também já foi aqui dito, há precisamente um dos melhores exemplos de bom funcionamento de uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, concretamente o caso da Praia da Vitória. E, portanto, Sr. Deputado Artur Lima, era isso que eu queria…

Presidente: Peço desculpa, mas estamos a fazer a audição do…

(*) Deputado José San-Bento *(PS):* Mas não posso deixar de ser sensível a algumas das questões que foram aqui feitas.

(Aparte)

Para nos entendermos aqui nesta reunião, que se perceba a autonomia que as Associações têm, a autonomia conferida por lei. Portanto, o Governo não pode (o Governo entenda-se aqui a Proteção Civil) tomar determinadas medias, porque elas, pura e simplesmente, não cabem na sua área de atuação. E mais, o que não diria o mesmo Deputado Artur Lima, que está aí sentado, se à Proteção Civil passasse pela cabeça demitir ou afastar um determinado dirigente de uma Associação?

(Aparte)

Era perseguição, era saneamento!... O que não viria? Portanto, Sr. Deputado, a lei existe e a lei é para ser cumprida.

E queria também aqui sublinhar o que já foi dito pelo Sr. Secretário e acho que é da maior importância. Aliás, nós não partilhamos dessa ênfase, na situação gravíssima e na gravidade que está aqui em causa. Não, o que está aqui em causa é uma questão sensível e que necessita obviamente que se reponha a normalidade na Associação. Isso nós também damos de barato. Nós cremos que é essa a preocupação de todos, no fundo. Agora, eu não podia deixar de sublinhar aqui a iniciativa que o Governo já teve, a 15 de

dezembro, com o conjunto de recomendações que fez à Associação. Aliás, isso destrói a tese de que o Governo nada fez. O Governo fez! O Governo atuou e está em processo de normalização e de resolução desta situação! E precisamente por isto eu gostava de fazer duas questões ao Sr. Secretário e uma clarificação, porque eu tenho essa dúvida, creio que mais concretamente ao Sr. Presidente da Proteção Civil.

Começando pelo Sr. Secretário, gostava de perguntar: face a estas iniciativas, que deixou aqui muito claro que o Governo tem tomado e que resultam o acompanhamento desta situação, quais são os próximos passos que pensa que o Governo dará, após este conjunto de recomendações? Qual é a sua expectativa, portanto, do cumprimento dessas recomendações e quais os próximos passos que o Governo prevê, face à não regularização da atuação ou do funcionamento da Associação de acordo com essas recomendações?

A segunda questão tem a ver com esta primeira questão, que é: qual é a sua expectativa, de um prazo, para a normalização do funcionamento desta importante Associação?

Ao Sr. Presidente da Proteção Civil, eu gostava de perguntar, não sei se estará em condições de uma resposta plena, mas essa dúvida já foi suscitada inclusivamente aqui entre nós, alguns colegas: a constituição de arguido da parte de um dirigente, não me refiro da Associação, refiro-me do Comando, que é, portanto, precisamente a área, com há pouco explicou muito bem, também penso que foi muito pertinente essa referência que fez, mas a constituição de um arguido que seja membro do Comando Operacional de uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, não garante automaticamente, ao Serviço Regional de Proteção Civil, a possibilidade de suspender esse dirigente? Foi essa a ideia que fiquei e era a clarificação que gosta que aqui nos deixasse. E, portanto, com isso, terminava a minha intervenção, também cedendo um pouco ao apelo do Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Aparte)

Caros amigos e colegas, eu vou dizer uma coisa: nós, depois da próxima intervenção, vamos ter intervenções que vão durar três minutos, no limite dos limites, porque senão não vamos ter tempo para tudo.

(*) Secretário Regional da Saúde: Vou ser muito rápido. Sr. Deputado, obrigado pelas suas questões. Como eu vos disse, em 15 de dezembro, nós emanamos um conjunto de

recomendações para a Direção. Essas recomendações têm vindo a ser acompanhadas pela Proteção Civil em várias reuniões já posteriores, em dezembro e no mês de janeiro, e a expectativa que nós temos, da forma como está a funcionar a Direção relativamente ao Comando, com o Segundo Comandante a assumir as funções de Comandante pela suspensão do Comandante, aquilo que temos de informação é que a situação se está a normalizar e, portanto, como tal, é um sinal melhor. É importante também que a própria Associação, a sua própria assembleia geral tome, de uma vez por todas, a responsabilidade nessa situação e havendo necessidade de haver eleições, que promovam rapidamente para normalizar esta situação.

O Sr. Deputado frisou a questão relacionada com a legislação, eu próprio já disse nesta Comissão e daí eu vou reforçar que, na audição em março para o Plano para 2017, nós tivemos uma conversa sobre o funcionamento dos Bombeiros e nessa altura disse-vos que nós íamos transmitir também à Inspeção Regional de Bombeiros, que existiam legislações a nível nacional que nunca tinham sido adaptadas na Região e, como tal, é essa a nossa preocupação. Isso para lhe responder também à questão de quais são os próximos passos, porque há legislação que tem a ver com a constituição, organização, funcionamento e extinção dos Corpos de Bombeiros, que não foi adaptada à Região e com direitos, deveres e regalias dos próprios bombeiros, que é algo que também nos preocupa e que preocupa todas as Associações. E, como tal, como eu já tinha referido isto aqui na Comissão, frisar, de facto, que nós estamos a trabalhar para apresentar um conjunto de outras situações legais, algumas delas à Assembleia, outras por iniciativa do Governo e da sua exclusiva responsabilidade.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Nós pedimos um parecer jurídico sobre isso e o que nos foi dito, pelo seu advogado, é que não há bases que permitam a exoneração de um Comandante, ou de qualquer elemento do Corpo de Bombeiros, pelo facto de ser constituído arguido.

(Aparte)

E também não nos permite nomear um novo Comandante interinamente. Terá que ser o mais antigo a assumir o Comando. Legalmente não se pode ultrapassar essa situação. Poderá haver uma situação, que será o estado de catástrofe e então aí, pela necessidade de socorro às populações, poder-se-ia nomear e só num caso desses, um Comandante.

Presidente: Penso que fico esclarecido. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Saudar também o Sr. Secretário e o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Vou procurar abreviar, atendendo à solicitação do Sr. Presidente. Gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD-Açores acompanha a área da proteção civil com grande atenção. Aliás, apresentamos já três iniciativas relacionadas com esta matéria: primeiro, a do […]; depois, mais recentemente, uma relacionada com a elaboração do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil; na passada sexta-feira, mais uma iniciativa relacionada com a necessidade urgente de uma Portaria de condições de trabalho dos tripulantes de ambulância.

Relativamente a esta matéria aqui em concreto, eu tinha uma questão para o Sr. Presidente, que penso que foi parcialmente respondida, mas pedia ao Sr. Presidente que confirmasse. Posso concluir que o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros aguarda pelo desenvolvimento do processo crime em curso para decidir formal e juridicamente. Quando oportuno, o Sr. Comandante disse que é contra […] Pedir apenas que confirmasse, ou não, se é assim.

E ao Sr. Secretário Regional, eu questionava, porque fiquei com a ideia de que era esse o sentido da sua intervenção, se a Secretaria Regional da Saúde entende que precisaria de instrumentos adicionais de intervenção, para garantir o cabal funcionamento do sistema, considerando as responsabilidades complementares entre as Associações e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Portanto, se o Sr. Secretário entende que precisaria de instrumentos adicionais de intervenção, para garantir um cabal funcionamento do sistema, no que respeita às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores. É só, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Embora a questão tivesse sido colocada…

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Nós continuamos a aguardar e iremos ficar a aguardar o desenrolar da situação do atual Comandante que se encontra suspenso. […] caberá à Associação e depois nós iremos ou não aceitar a exoneração, ou o pedido de exoneração homologado do Comandante, mas terá de ser primeiro o entendimento da Presidência da Associação e depois pedir então ao Serviço por proposta da Associação.

Presidente: Sr. Secretário…

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Muito bem. Sr. Deputado, efetivamente, numa das audições que tivemos aqui e que fizemos uma explanação sobre isso, nós o que dissemos foi isso mesmo, que se existindo legislação que ainda não está aplicada aos Açores e poderá ajudar na melhoria do funcionamento, obviamente que estamos disponíveis para o efeito e é isso que estamos a trabalhar. Portanto, neste momento, estamos aqui sobre uma situação que é a exceção e, como tal, o funcionamento está totalmente regular com todas as outras Associações. Esta situação da legislação que nós pretendemos adaptar é, no fundo, para estabilizar, em termos do enquadramento legal, aquilo que já existe a nível nacional e que agora está a ser posto em causa, com todos os problemas que nós sabemos que existiram nível nacional, mas que achamos que na Região, desde a nova Lei de Bases da Proteção Civil, tem que haver um novo enquadramento para o funcionamento das Associações de Bombeiros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Carlos Ferreira, está?… Sr. Deputado João Vasco Costa…

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentos a todos os presentes, desejando também a todos um bom ano.

A minha intervenção é um esclarecimento e uma interpelação à Mesa. Começo pelo esclarecimento para lhe dizer que, relativamente à questão da constituição dos arguidos, quem determina as medidas de coação a aplicar são os juízes e não os superiores hierárquicos. E, portanto, essa medida de suspensão de funções de uma determinada pessoa pode ser determinada pelo juiz de instrução, se o houver, porque são medidas mais graves, que o próprio Ministério Público não pode aplicar, aplicando apenas e tão só, como é conhecido, o termo de identidade e residência, que é a medida de coação menos gravosa.

Em termos da interpelação, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se, em termos de metodologia, aceitará que esta audição passe também pela formulação de juízos de valor, à saída do que quer que seja, com apenas e tão só, os esclarecimentos que […] perceber, quer Sr. do Secretário, quer do Sr. Presidente da Proteção Civil. Muito obrigado.

Presidente: Naturalmente que, sendo uma audição a pessoas concretas, são esclarecimentos que se pedem das pessoas em concreto. O que não invalida que as pessoas

não formulem juízos de valor […] livremente utilizam a palavra dentro da Comissão. Emitem juízos de valor e são responsáveis por aquilo que acabaram de […] Não podemos ser tão apertados, diria eu. Podíamos ser e eu sou especialista nisso em ser apertado, não permitir nem por um milímetro que nos afastemos do objeto. Como se sabe (eu ando cá há um bocado mais de anos do que o Sr. Deputado João Vasco Costa), é impossível. É impossível as pessoas seguirem aquela linha e não saírem, nem por um minuto, das linhas que estão… é muito difícil. Dificulta o trabalho? Talvez, de quem coordena os trabalhos, neste caso o Presidente da Comissão, que por vezes tem vontade, como eu já tive vontade de cortar a palavra. Mas cortar a palavra, não por não se ouvir aquilo que deve ser dito, como é obvio. Cortar a palavra para não permitir que as coisas resvalem para a emissão de juízos de valor.

(Aparte)

Eu não lhe vou dar a palavra, Sr. Secretário, só por um motivo: o Sr. Deputado João Vasco Costa, não lhe colocou nenhuma questão. Pode aproveitar para sair fora da linha numa outra resposta.

(Aparte)

Não, porque não colocou nenhuma questão. Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda…

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar […]

(Aparte)

Tentando ser breve a pedido do Sr. Presidente, gostaria de começar por dizer que obviamente interessa, acima de tudo, ao Bloco de Esquerda, assegurar e confirmar se estão a ser cumpridas aquelas que são as obrigações do Serviço Regional de Proteção Civil, de socorro e prestação de serviço às populações, que é aquilo que é fundamental e também perceber em que situação é que está a Corporação e os próprios trabalhadores que lá prestam serviço.

Para começar queria-lhe colocar uma questão que vai de encontro a este problema em concreto, mas também é um problema mais genérico do Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores. O Sr. Presidente do Serviço de Proteção Civil referiu que as Associações não são subordinadas ao Serviço de Proteção Civil, como é óbvio e muito bem. Agora, num caso como este em que, felizmente, tanto quanto se saiba, ainda não

houve problemas que pusessem […] as populações por falta de socorro, mas numa situação que se agrave mais do que esta, não estou a dizer que esta se irá agravar, espero que não, mas numa situação em que uma determinada Corporação, que faz com as suas obrigações, que meios é que tem o Serviço Regional de Proteção Civil para acudir e para contornar esse problema, acudindo às populações e cumprindo aquela que é uma responsabilidade do Estado e da Região para com as populações?

Outra questão que queria levantar prende-se com o acordo laboral, que já foi aqui levantado e foi noticiado por diversas vezes ao longo dos últimos meses. Aquilo que foi dito e que tem sido público, é que existe um acordo laboral, tanto quanto se sabe pelas notícias, que os bombeiros teriam uma carga de trabalho de 40 horas e que, segundo esse acordo laboral, não cumpririam as tais 160, 180 horas (não sei exatamente qual será o volume, mas o Sr. Secretário poderá confirmar), não cumpririam essas horas do chamado voluntariado. Os bombeiros, esses são os bombeiros assalariados, que são bombeiros que têm, segundo sei, um contrato de trabalho com as Corporações, cumprem horários, têm uma hierarquia, são trabalhadores subordinados, ou seja, cumprem todos aqueles que são os requisitos legais para serem efetivamente trabalhadores e aquilo que se designa de bombeiros assalariados. E queria perguntar, tendo em conta as declarações do Sr. Deputado Artur Lima, se esse acordo laboral, pelos vistos, previa (fazendo fé daquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referiu) …

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* É só ler o acordo.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* (Não conheço) …que todos eles passassem a ser tripulantes de ambulância. E queria confirmar se ao serem tripulantes de ambulância, se essa categoria profissional (se é que assim se pode chamar) os impede de prestar outro tipo de função, como o combate a incêndios, ou socorro a náufragos, por exemplo, se isso é uma verdade ou não. Penso eu que não, mas o Sr. Presidente, ou o Sr. Secretário, quem entender, poderá responder.

E perguntava também, como foi dito que o acordo laboral teria sido suspenso… para já perguntava se o acordo é legal ou não, porque é desconhecido. Não sendo publicado, não sendo conhecido, ficamos com essa dúvida. E sendo suspenso esse acordo, o que é que implica de trabalho a mais? Por aquilo que já percebi, serão essas horas de voluntariado que os bombeiros assalariados terão que efetuar. Mas o que é que implica o fim desse

acordo salarial, em termos de trabalho, de direitos laborais, ou falta deles, para os bombeiros assalariados? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente…

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Numa situação de falha total do socorro às populações, claro que nós iremos ter que intervir. Pedir autorização à Tutela […] dizemos que esta Corporação de Bombeiros não está a funcionar, que neste momento está em causa o socorro às populações e nós aí teremos capacidade e autonomia para intervir, alicerçados no bem e na necessidade de socorro às populações. Quando for uma situação em que, de facto, cesse o socorro às populações, aí terão que ser tomadas medias. Não é numa situação de falha pontual. Portanto, é aquilo que nós sustentamos.

Se o acordo laboral nos impede de prestar outro tipo de serviço, não. E outra coisa ainda, esse acordo laboral foi feito entre a Associação e os seus bombeiros assalariados, assinado também pelo Corpo de Comando. E isso, no fundo, será como que um acordo de trabalho entre uma entidade patronal e os seus trabalhadores, que para mim é um pouco à margem daquilo que é o ser bombeiro. Um pouco à margem, naturalmente, daquilo que é ser bombeiro voluntário. Eles não deixam de ser bombeiros voluntários. Todos os bombeiros voluntários fazem o seu trabalho normal de sete ou oito horas por dia, sejam motoristas, sejam taxistas, sejam o que for, mas fazem as suas horas de piquete e voluntariado. Tal não deveria ser impedimento da outra situação, em situação alguma. É isso que eu penso.

Depois, por fim, perguntou se o acordo é legal. Eu presumo que seja um acordo legal, porque foi feito entre uma entidade patronal e os seus empregados, nesse caso assalariados. Dá-me ideia que foi proposto por um sindicato e presumo eu que seja, mas não é a mim, nem tão pouco o Serviço que há de dar esse parecer.

Sobre ter sido suspenso esse acordo de trabalho, o que implica operacionalmente? Operacionalmente não implica nada, porque eles já deviam fazer o trabalho voluntário como bombeiros e essa suspensão do acordo laboral há de implicar, segundo o que está escrito, eles voltarem à situação anterior. Mas isso, como já lhe disse, é entre a Associação e os assalariados, porque as diferentes Associações pagam, dentro da Região Autónoma dos Açores, valores diferentes, têm contratos diferentes, têm prestações de serviço diferentes.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, quer?...

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sim, uma pergunta rápida. Diz então, que não foi o acordo laboral, nem o serviço dos bombeiros assalariados que pôs em causa ou que dificultou o serviço prestado pela Corporação. Pelas suas palavras, entendo que não foi o acordo laboral, como até em várias notícias foi dado a entender, que criava dificuldades à Corporação, à própria Direção. Não foi o acordo laboral que criou dificuldades ao serviço da Corporação.

Para concluir e agora uma questão mais genérica: não fará sentido, numa Região que tem as condicionantes que a nossa tem, que está sujeita a catástrofes naturais frequentes e que são, como sabemos, muitas vezes uma questão de tempo até elas acontecerem e esperamos que não seja para breve, mas que estão sempre sujeitas, não fará sentido deixarmos de ter um Corpo de Bombeiros constituído por bombeiros que não são bombeiros profissionais, mas são bombeiros assalariados e que para além disso, têm que cumprir aquilo que chama trabalho voluntário obrigatório, que não é mais do que horas extra gratuitas? Não fará sentido caminharmos para a criação de uma carreira para esses bombeiros, para que tenhamos um conjunto de bombeiros que seja valorizado? Porque todos nós valorizamos muito os bombeiros, a sua disponibilidade, o seu trabalho que é essencial a qualquer população, mas para além de terem uma carreira que é pouco dignificada nos Açores e não só, mas falando aqui do caso concreto dos Açores, é pouco dignificada e, ainda por cima, obrigamos os bombeiros a fazer aquilo que se chama trabalho voluntário, durante 8 horas por semana, que não é pago. Porque se eles têm uma relação de…

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos a falar é de uma questão em concreto. Eu peço-lhe que recentrasse…

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Já termino, Sr. Presidente.

Presidente: Não é para terminar, é para recentrar no tema do requerimento.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Com certeza. Mas isto tem a ver obviamente com o tema do requerimento, porque, por aquilo que se percebeu, durante esses últimos meses, parte dos problemas foram muitas vezes relacionados com a questão laboral dos bombeiros e daí eu estar a colocar esta pergunta, que se prende com […] também com o quadro legal para a carreira dos bombeiros, ditos assalariados, nos Açores.

Presidente: Sr. Presidente…

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** O acordo laboral, eu não disse que não afetava. Não deveria afetar. Foi isso que eu disse. Não deveria afetar, porque eles não deixam de ser bombeiros voluntários. Eles, antes de ser assalariados, começam todos como bombeiros voluntários. Quem quer ser bombeiro sabe àquilo a que se propõe. Não é bem um sacerdócio, mas é quase. E a partir de um momento, passo a assalariado, já deixo de ser voluntário e deixo de fazer piquetes. É mesma coisa com os militares, agora deixam de fazer serviços. Isso é uma situação inerente à sua própria função, à sua própria entrega, a ser bombeiro. Então, a partir daí, por essa sua ordem de ideias, qualquer pessoa que trabalhasse 40 horas por semana, ou 35 horas por semana também não faria voluntariado nos bombeiros. É o normal, todos os bombeiros que são voluntários têm os seus empregos. A mesma coisa, se os outros são profissionais, são assalariados, também podem fazer uma parte do piquete, durante um ano, fazer um piquete uma vez por semana em cada 20 semanas.

Relativamente à outra questão, isso é uma questão de um debate mais profundo. Não vou prestar a minha opinião aqui, porque há divergências de opinião mesmo entre das Associações de Bombeiros, mesmo entre a Federação das Associações, mesmo entre os próprios bombeiros e depois é uma situação muito profunda que tem que ser muito discutida com os vários agentes com responsabilidades neste assunto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos passar agora, obviamente não é contado ao segundo, é mais para efeitos disciplinadores, intervenções de dois minutos. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, respeito na integra a sua autoridade, mas ponho acima de tudo a defesa das populações.

Bom, Sr. Presidente da Proteção Civil, dirijo-me a si subscrevendo aquilo que o senhor acabou de dizer. Antes de serem assalariados são bombeiros voluntários, estamos absolutamente de acordo, com os direitos estipulados na lei, perfeitamente descritos, que o senhor também conhece e eu também li. E, portanto, o problema foi exatamente, quando, neste acordo, passaram todos à categoria de tripulante de ambulância e deixaram, pura e simplesmente, de responder ao toque, à chamada, à sirene e recusaram-se a fazer serviço voluntário, como o senhor muito bem sabe. Isto é inegável! São factos, é público!

Eles não vão ao toque da sirene, não fazem serviço voluntário se estão no seu horário de trabalho. Sr. Presidente, o documento é este, que eu vou distribuir à comunicação social: Acordo de Organização do Horário de Trabalho. Não quer dizer nada! Isto não é nada! Mas a agravante ainda e que o senhor tem conhecimento, é que este documento foi feito em outubro de 2016 e era para ser revisto em janeiro de 2017! Portanto, em fevereiro o senhor já sabia que tinha que o rever.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** O senhor está equivocado! Isso é entre a Associação […] Está equivocado, completamente! (Aparte)

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Já lá vou chegar, se me der licença. E depois, acordo de empresa entre Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira e o Serviço Regional de Proteção de Bombeiros, não sei quê e a Associação… Está aqui! Publicado no Diário da República. Isto é um acordo de empresa. Isto não é nada e os senhores estão a compactuar. Sr. Secretário, o senhor está a compactuar com uma coisa que pôs em causa o serviço, que deixaram de fazer serviço voluntário por causa disto, não deixando de ser bombeiros, como o Sr. Secretário bem disse.

Agora, as outras competências. Primeiro, eu tenho aqui o Regulamento das Inspeções Técnicas e, portanto, sobre essa matéria estamos esclarecidos. Não tem suporte legal. Isto não está publicado e os senhores aceitam. E pôs em causa publicamente o serviço, a prestação de serviços e a tal ambulância durante a noite, como o Sr. Presidente já aqui admitiu, que a segunda ambulância deixou de existir, porque não tem pessoal à noite para o fazer. Não é a questão de não ter um carro, não tem pessoal. O Sr. Presidente acabou de o referir na sua intervenção inicial, exatamente por causa disto. Isto é grave e o senhor sabe!

Depois, quanto à Direção ter quatro eleitos, os senhores também acham que é regular e não fazem nada.

E vamos às vossas competências. Em primeiro lugar, Sr. Presidente… presumo que fique incomodado com isto, mas o meu dever e o senhor estava a encolher os ombros, eu lamento que tenha essa atitude, porque o meu dever aqui, enquanto Deputado, é defender as populações. Também devia ser o seu.

(Aparte)

Mas eu não o quero chatear, Sr. Presidente, eu quero que nós todos consigamos aqui chegar a um entendimento e não tomar parte por ninguém e tomar parte pelas pessoas. Eu lamento muito estar a chateá-lo e que o senhor fique chateado com isso, mas vou chateá-lo mais vezes.

(Aparte)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço-lhe…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Tenho que colocar duas ou três questões e a primeira é esta…

(Aparte)

Os senhores não querem esclarecer as coisas?

(Aparte)

Presidente: Eu acho que os colegas quanto mais falarem, mais tempo a gente vai demorar.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Primeira questão, inspeções técnicas, regulamento… conhece isto, este documento? Pronto… "Define as regras implementadas das inspeções técnicas dos Corpos de Bombeiros a desenvolver pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, através da Inspeção de Bombeiros. As inspeções técnicas podem ser periódicas, ou por inquérito, ou denúncia. As inspeções realizadas no âmbito de inquérito ou denúncia são fixadas…" Porquê? Havendo estas inconformidades todas, essas notícias todas na comunicação social, porque é que não fez uma inspeção por denúncia? Foi a primeira pergunta que lhe fiz. E a pergunta é para o Sr. Presidente da Proteção Civil e Bombeiros, Sr. Secretário. Aliás, eu já tinha feito na minha primeira ronda. E, portanto, aguardo que responda a esta para depois fazer outra, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado. Eu peço também que façam exatamente em dois minutos, obviamente com alguma razoabilidade. As outras a seguir vão ser dois minutos, exatamente.

(Aparte)

Faça favor, Sr. Presidente da Proteção Civil.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Com certeza. Só para fazer uma correção. Quando o Sr. Deputado diz que os bombeiros assalariados deixaram de responder ao toque, é perfeitamente mentira! E posso dizer que

é mentira, porque eu assisti a duas situações: uma, infelizmente foi um carro que pegou fogo, foi fogo posto, à minha porta, arderam quatro carros, os bombeiros chegaram, metade eram voluntários e quase a outra metade eram assalariados. E eu claro que estive presente, o Quadro de Comando, mais os assalariados. Houve outro fogo, que foi no Posto Santo, durante a noite, eu estive presente mais os bombeiros, a grande maioria, de facto, eram voluntários, mas também estiveram assalariados que responderam ao toque. O que me pode dizer é: não respondeu o mesmo número como anteriormente.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Ah, então é verdade!... Então é verdade, Sr. Comandante!...

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** É verdade que responderam ao toque! O senhor disse que nenhum iria lá. E responderam ao toque.

Relativamente à inspeção, de facto, nós poderemos fazer inspeções com base de denúncia, ou seja, inspeções inopinadas. Poderemos fazê-las, mas como o senhor bem sabe, a maior parte das denúncias e citações era relativamente à Associação, não à Corporação. A Corporação de Bombeiros estava a funcionar, de facto, com algumas falhas e nós fomos acompanhando, trabalhando junto com o Comando do Corpo de Bombeiros, com reuniões, com a Inspeção de Bombeiros acompanhando e também junto com a Associação. Depois de esta situação estar regularizada, então sim, poderemos fazer uma inspeção, mais no âmbito de verificar o que é que poderemos corrigir, o que é que poderemos aconselhar a melhorar, porque são situações que não se desenvolvem de um dia para o outro, porque se houvesse uma quebra de um dia para o outro, é lógico que nós iriamos fazer uma inspeção técnica. São situações que vão evoluindo e que nós vamos aconselhando, vamos tratando e assim que acharmos necessário iremos fazer uma inspeção técnica. Se for esse o caso, será uma inspeção inopinada. Com base em que denúncias? As denúncias acontecem todos os dias, em diversas situações e não posso mandar fazer uma inspeção técnica cada vez que alguém se lembra de vir para o jornal, ou o Presidente da Associação dizer mal do Comando, ou o Comando dizer mal do outro lado. Nós temos que analisar os factos concretos e perante factos concretos, situações que meteram em causa o socorro às populações, onde possa ser apontado que os Bombeiros de Angra falharam, não foram a este fogo, não ocorreram a este incêndio, não ocorreram

àquele acidente, não houve ambulâncias suficientes para fazer face às necessidades das populações. E não estou só a falar no concelho de Angra, estou a falar no concelho de Angra e na Praia, neste caso na ilha Terceira, então aí sim.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Carlos Ferreira, dois minutos.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Um minuto apenas. Sr. Secretário, considerando a forma atribulada como tem vivido, nos últimos tempos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, considerando também as dificuldades relacionadas com os voluntários e considerando ainda a instabilidade vivida ao nível da estrutura do Comando, pergunto se o Sr. Secretário Regional está em condições de assegurar, hoje, nesta Comissão, que estão reunidas todas as condições para garantir o socorro às populações e a proteção de pessoas e bens, no concelho de Angra do Heroísmo.

Presidente: Sr. Secretário, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Muito bem, Sr. Presidente. Se a Direção da Associação de Bombeiros, juntamente com o seu Comando, cumprir aquelas que foram as recomendações emanadas pela Proteção Civil, obviamente que tudo estará assegurado. Com certeza terá oportunidade de, na audiência a seguir com o Sr. Presidente da Associação, confirmar isso mesmo. Da nossa parte fizemos aquilo que consideramos, ouvimos todas as partes envolvidas, emanamos as recomendações e consideramos que, se elas forem cumpridas e obviamente estaremos cá para as acompanhar, estão reunidas as condições.

Sr. Deputado Artur Lima, esse acordo, nós estamos completamente alheios a ele. Não temos absolutamente nada a ver com esse acordo entre o Presidente da Direção anterior e os seus bombeiros. Portanto, nós o que sabemos da parte deste novo Presidente é que, quando tomou o lugar de Presidente, teve a intenção de o revogar. Portanto, é só a informação que nós temos. A Proteção Civil não tem nada a ver com esse acordo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Mais alguma inscrição? Sr. Deputado Artur Lima, dois minutos exatos. Peço desculpa, mas agora…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP)* Dois minutos, está bem. Faço a pergunta a seguir, não tem problema nenhum.

(Aparte)

Sr. Presidente da Proteção Civil… Podiam falar mais alto, porque ele não me intimida.

(Aparte)

Eu estou aqui a fazer-lhe perguntas sérias e temem é as verdades. E, como o senhor disse, afinal há quem se negue. Bastava ser um, ou dois, ou três. Não cumpriram as suas funções. São dezasseis, são vinte e dois, ou são vinte e seis, mas se dezoito não vão, para mim é grave. Se para si não é… é uma questão de opinião.

E, portanto, vamos ao Regime Jurídico das Associações Humanitárias dos Bombeiros: "A autoridade nacional de Proteção Civil…" Nos Açores é a Instituição que V. Exa. preside. "… fixa normas técnicas e desenvolve manuais práticos de gestão da vida das Associações, designadamente nas áreas das comunicações, tecnologias de informação, direito, contabilidade e administração." Fez isso, nos Açores?

(Aparte)

O Sr. Presidente ainda não lhe deu a palavra. É a primeira pergunta.

Depois…

Presidente: Sr. Deputado, tem um minuto para formular essa questão.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* A outra questão é da ação inspetiva. Se não considera motivo suficiente para uma ação inspetiva a demissão dos Adjuntos do Comando, o Segundo Comandante ter posto o lugar à sua disposição e o senhor bem sabe, se só isso, não houvesse mais, de só ter uma ambulância durante a noite, dos Altares não abrirem durante a noite, das situações nos Altares como estão a ser vividas… Não acha suficiente para uma ação inspetiva?

Presidente: Está? Um minuto e quarenta e oito segundos. Dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Isto agora é ao cronómetro. Vamos embora.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** É lógico que o acumular das situações deveria levar e deverá levar a uma inspeção inopinada. Mas, como o senhor bem disse, esta situação e quando os Adjuntos, o Segundo Comandante pôs o lugar à disposição, foi no final de dezembro. Nós estamos no início de janeiro. Nós temos acompanhado a situação desde aí e desde essa parte até agora, já reunimos três vezes com o Presidente da Associação e alguns dos restantes membros e também já reunimos com o Segundo Comandante e com os Adjuntos do Comando. É lógico, como eu já lhe disse anteriormente, não são decisões que se tomem do dia para a

noite. Aconteceu isto, vamos lá agora pôr uma inspeção. Não! Vamos ver se as nossas recomendações dão resultado e se elas não derem resultado, vamos então tentar ajudar com uma inspeção. Mas é uma inspeção para tentar ajudar, porque o que está mal já nós sabemos. Temo-nos apercebido de algumas situações que não são ótimas para o funcionamento e temos tentado ajudar com conselhos, quer a Inspeção de Bombeiros junto do Corpo de Comando, quer eu próprio junto do Comandante e do Corpo de Comando, quer também junto da Associação. E, neste caso, depois da análise de termos as duas ambulâncias a trabalhar, desta substituição que foi feita, vamos analisar e vamos ver como é que está a funcionar. E, caso necessário, então sim, havemos de fazer uma inspeção técnica ao funcionamento do Corpo de Bombeiros, não à Associação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, cito novamente a mesma lei, Regime Jurídico das Associações Humanitárias dos Bombeiros, que nos Açores é a Instituição que o senhor preside. Secção II - Controlo Sucessivo: "As Associações…" não é o Comando dos Bombeiros "… que usufruam de apoios públicos previstos na presente lei ficam sujeitos a fiscalização pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e demais entidades competentes, para verificação dos pressupostos da atribuição dos benefícios respetivos e do cumprimento das obrigações daí decorrentes." Correto? Portanto, está a ver que tem competências com a Associação. Número dois: "Quando os apoios sejam concedidos pelas Regiões Autónomas, a fiscalização referida no número anterior é exercida pelos respetivos Serviços Regionais de Proteção Civil." Portanto, aqui decorre que os senhores têm competência sobre as Associações, porque se dão dinheiro, esse dinheiro é sobretudo para o fim de prestação de socorro às populações. Se isso está em causa, ou se pode de alguma maneira estar em causa, portanto, os senhores têm competência para emanarem diretivas, controlos técnicos, apoio técnico, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Coisa que o senhor negou até agora. E, portanto, segundo a lei, os senhores têm competência. Está estipulado na lei. Sr. Secretário, está aqui! E os senhores adaptaram esta lei à Região.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Qual foi o diploma?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* É o diploma do Regime Jurídico das Associações Humanitárias dos Bombeiros. É o 32/2007. E que no seu artigo 49.º diz: "A presente lei

aplica-se às Regiões Autónomas, sem prejuízo da sua adaptação às competências dos Órgãos de Governo próprios." Foi feita em 2015. Ela foi revogada agora, mas eu não tenho aqui…

(Aparte)

A brincar?... O senhor quer brincar?... É que lhe trago o que é que foi alterado e isto não foi alterado! E, portanto, os senhores estão aqui… Eu lamento a sua atitude agora. O senhor está aqui… Eu não estou a brincar! Agora, os senhores, parece que estão. Portanto, houve uma alteração, não tive tempo de a tirar, mas a presente lei aplica-se e este artigo não foi revogado. E, portanto, se o senhor quer brincar, mande buscar a lei…

Presidente: Sr. Deputado, já colocou a questão?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Já coloquei a questão. Faça favor. Tenho outra para colocar a seguir.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Ó Sr. Deputado… o Sr. Deputado disse que eu estava aqui a brincar. Eu não estou aqui a brincar! Quando pus a pergunta, completamente honesta a pergunta que eu estava a fazer, relativamente a qual o Decreto que o Sr. Deputado estava a ler, porque eu próprio já mencionei, hoje e […] anteriormente, que em 2012 foram publicados dois diplomas, o Decreto-Lei 248 e 249. O 248 tem a ver com a constituição, organização, funcionamento e extinção dos Corpos de Bombeiros, no território continental, que eu disse que nós necessitávamos de adaptá-lo convenientemente…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* E que foi adaptado à Região em 2015, o Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Ó Sr. Deputado e Sr. Secretário, por amor de Deus, não estabeleçam diálogo.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Eu só queria era esclarecer se o Sr. Deputado estava a ler aquilo que eu tinha dito que precisava de adaptar, este. Pronto, era só nesse sentido, Sr. Deputado. Portanto, o Sr. Deputado também já me conhece, eu não gosto de brincar com as situações. Portanto, houve aqui, digamos, uma risada geral relativamente à questão de o Sr. Deputado ter mencionado que estava revogado. É só isso, Sr. Deputado. Eu respeito o Sr. Deputado e sabe muito bem disso. Portanto, eu só queria era confirmar…

(Aparte)

… se estávamos a falar da mesma legislação, ou não. Só relativamente a essa situação.

Presidente: Penso que havia uma pergunta para o Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Relativamente àquilo que nós inspecionamos…

Presidente: Agradecia que fosse bastante rápido […]

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Acho que me vou embora. Temos que esclarecer as coisas.

Presidente: Temos que esclarecer as coisas, mas temos que ter disciplina também na forma como falamos.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Com certeza.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Não sei se o Sr. Deputado está interessado em ouvir ou não. Então vou responder à pergunta. De facto, nós fazemos auditoria relativamente ao dinheiro que o Governo Regional apoia, na parte da Proteção Civil, as Associações de Bombeiros e verificamos se eles dão os meios para aquilo que nós, efetivamente, suportamos. No caso de Angra, que serão 15 tripulantes, 2 ambulâncias durante período diurno e uma durante o período noturno, isso é verificado. É verificado no final das contas e isso, a Corporação de Angra do Heroísmo tem mantido. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* O Sr. Presidente está a dizer que há duas ambulâncias de serviço noturno, atualmente.

(Aparte)

O dinheiro que dá, é para ter duas.

(*) **Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Não. Duas durante o dia, uma durante a noite.

Presidente: Se vão ficar os dois a dialogar um com o outro… Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de colocar a questão. Vamos ser objetivos e vamos ser disciplinados, senão não conseguimos sair daqui. Dois minutos, Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, já ficou claro que os senhores têm competência de fiscalização sucessiva sobre as Associações de Bombeiros e não só sobre o Comando. Portanto, os senhores têm competência sobre essa matéria e isso é claro. Também é claro que a destituição dos Órgãos Sociais, quando se verifique e vou citar

novamente a lei: "Quando se verifique a prática reiterada pelos titulares dos Órgãos Sociais…" Eu não estou a dizer que ele existe, estou a dizer que quando se verifica, os senhores têm competência para tal. É só para contrariar a sua afirmação de que não têm competência sobre os Órgãos Sociais. Têm! Artigo - Destituição dos Órgãos Sociais, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, no caso, o seu: "Quando se verifique a prática reiterada, pelos titulares dos Órgãos Sociais, de atos de gestão prejudiciais aos interesses da Associação, a Autoridade Nacional de Proteção Civil pode solicitar ao Ministério Público a promoção da destituição judicial dos Órgãos Sociais.

(Aparte): Já percebeu o que é que isso quer dizer?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Já, Sr. Deputado.

(Aparte): Então?...

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Pode ser […] depois vem por aí abaixo. E, portanto, Sr. Presidente, o que eu quero significar com isto é que os senhores têm autoridade sobre as Associações e não só sobre o Comando. Os senhores têm autoridade para fazer. Já lhe provei várias vezes, por aqui abaixo e indo contra àquela que era a sua posição inicial, de que os senhores não têm autoridade sobre o controlo das Associações. Têm, devem exercê-la e na minha opinião, não exerceram. E isto é claro da lei e tenho pena que os senhores não tenham feito, a bem das populações e da defesa das populações.

Sr. Secretário Regional, um diploma é revogado, é alterado, mas, como o senhor sabe, nas alterações passa sempre a alteração ao Decreto Lei tal, tal, segunda alteração, terceira alteração, a não ser que façam um novo. Portanto, a mãe, ou o pai, como queira chamar, é este.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário…

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Eu, neste momento, não estou a ver qual é o diploma que o Sr. Deputado leu…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros!...

(*) **Secretário Regional da Saúde:** O Sr. Deputado disse que estava revogado, portanto tenho que ver as alterações e se efetivamente foi adaptado à Região. Mas não é isso que está em causa. Nós estamos aqui numa situação onde houve e foi pública, uma divergência entre a Direção e o Comando. O Serviço Regional de Proteção Civil atuou e

bem, tentando conciliar a ação entre as duas posições. Portanto, acho que isso é que é fundamental, porque o que aconteceu, aconteceu com determinados níveis e nós atuamos no sentido de regularizar a situação e de pôr as partes em harmonia, para que efetivamente o serviço à população nunca estivesse em causa. E acho que isso é fundamental, independentemente do que está ou não está na lei, foi o esforço que foi feito durante o ano de 2017, durante parte do ano 2017, para que efetivamente as partes se entendessem e a situação estivesse devidamente regularizada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Artur Lima, tem mais alguma questão a colocar?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Tenho sim, Sr. Presidente. Das recomendações que os senhores fazem, não há aqui uma que promova e que os senhores tenham encontrado um ponto de equilíbrio e de entendimento entre a Direção e o Comando dos Bombeiros. A situação atualmente é gravíssima, porque não há cadeia de comando, não há respeito. O senhor é militar, não lhe vou ensinar nada nessa matéria, peço desculpa aí, não lhe vou ensinar rigorosamente nada. E, portanto, eu acho que o senhor deve perceber o que é a autoridade, o que é um Comando dar uma pena disciplinar e ela ser anulada a seguir pela Direção e ser reiterado. Portanto, eu quero-lhe perguntar se o senhor acha que a disciplina deve ser parcimoniosa. A disciplina, Sr. Tenente-coronel, Sr. Comandante, que já foi as duas coisas e, portanto, Sr. Presidente agora, ou há disciplina, ou não há disciplina. E, portanto, eu julgo que os Bombeiros são uma organização paramilitar, não sei se estarei a dizer algum erro, mas pelo menos tem que ter ordem, tem que ter disciplina, tem que ter regras, tem que ter obediência. Agora, quando um Comando aplica penas e elas são, pelo menos em três ou quatro casos, que eu tenho conhecimento e sempre sobre a mesma pessoa, elas são anuladas pela Direção e isto provoca um conflito. Os senhores não fizeram nenhuma recomendação sobre isso. Dizem apenas que: "Os involuntários incumprimentos, tendo em vista a aplicação parcimoniosa, coerente e justa dos regulamentos disciplinares." Ora, que eu saiba, aplicaram o regulamento nas três ou quatro situações que eu vi e que me denunciaram. E, portanto, eu acho que isto é absolutamente inaceitável! Não pode levar ao bom funcionamento. "Que proceda à atribuição de funções e responsabilidades aos chefes." Já provei aqui que foram atribuídas e distribuídas funções e responsabilidades aos chefes. "Que proceda à distribuição do

serviço interno." Também foi. "Que seja imediatamente implementada a escala de serviço aos piquetes, incluindo os elementos contratados." Como se alguns deles, senão todos, (já vou pela sua ideia e pelo seu juízo) pelo menos aqueles que não vão, como é que se vai implementar se eles recusam? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. O Sr. Deputado demorou três minutos. Disciplina é disciplina. Eu peço muito rigor, porque temos uma pessoa à espera.

(*) **Secretário Regional da Saúde:** Eu só queria dizer algo muito breve que era: o Sr. Deputado Artur Lima está a ler um documento que é um documento interno que eu solicitei ao Sr. Presidente da Proteção Civil, para desenvolver um conjunto de reuniões e emanar recomendações para serem dadas à Associação de Bombeiros. Deste documento foram retiradas as recomendações que se consideraram necessárias para que a situação fosse normalizada. E, portanto, deste documento resultou um ofício que foi enviado à Direção de Bombeiros relativamente a essa situação. Portanto, se havia em várias situações, como aquelas que o Sr. Deputado disse e muito bem, que o Comando decidia aplicar penas e depois a Associação as retirava, obviamente que aqui, quando nós requeremos nas recomendações que haja um normal funcionamento e que a Direção reúna com o Comando de forma regular, obviamente que nós estamos aqui a […] que as relações entre eles funcionem normalmente. Todas as recomendações e volto a dizer o que disse há bocadinho, que aqui estão, mesmo as das escalas de serviço que são necessárias implementar, estão aqui porque foram os próprios bombeiros, os próprios Adjuntos, o próprio Comando, que disseram que eram necessárias e era isso que necessitavam da Direção. Como tal, isto que aqui está não foi a nossa única autoria, resultaram de todas as reuniões que houve. Portanto, foram os […] que iniciaram o que era necessário e nós emanamos recomendações à Direção para normalizar o funcionamento entre a Direção e o Comando.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Artur Lima...

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Dois minutos.

Presidente: São dois minutos, mas eu vou que lhe dar… já vamos com vinte e dois minutos de atraso relativamente à outra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP)*: Eu vou dizer uma coisa: quando se faz uma audição, o que é lhe pressupõe, ou o que é que nos pressupõe que uma hora e meia é

suficiente? Pode não ser. Depende da gravidade do assunto. Pronto, mas eu vou respeitar a sua… aliás, não podia ser de outra maneira. Vou respeitar a sua autoridade, mas permita-se só que, em jeito de conclusão então, Sr. Presidente…

Presidente: É só para lhe dizer que eu vou recomeçar a contar, porque, entretanto, o meu amigo já foi à vida.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP)*: Não, mas isso é só para terminar. E, portanto, eu acho que já ficou tudo perfeitamente esclarecido. Estou perfeitamente esclarecido.

Queria solicitar ao Sr. Secretário, se pudesse facultar à Comissão esse ofício que mandou à Associação. Os senhores podem até mandar algumas diretivas à Associação, afinal de contas…

(Aparte)

E, portanto, daqui fica que o senhor há de mandar esse ofício à Comissão.

Dizer que ficou aqui provado que o Comando, neste momento, não sei se saíram os Adjuntos por ameaça do seu posto de trabalho, mas isso eu vou perguntar a seguir, e sobretudo uma Direção que tem apenas quatro eleitos e que não vos fez nenhuma confusão. São as conclusões que eu tiro disto. Que há menos uma ambulância em Angra, que o serviço pode estar em causa e a Proteção Civil não exerceu na plenitude, embora tenha promovido algumas reuniões para tentar esclarecer o assunto e aceitou como válido, ilegalmente, um pseudo-acordo de trabalho que foi feito em novembro, para ser revogado em janeiro de 2017. E, portanto, há um ano que está a provocar constrangimentos na Corporação e a Proteção Civil também não fez nada sobre essa matéria, o que eu lamento profundamente.

Depois, também dizer-lhe que efetivamente ficou a nossa preocupação. Eu não vim aqui em contenda contra o Sr. Presidente, nem contra ninguém, vim aqui na defesa das pessoas. Sendo obviamente documentos internos dos Bombeiros que me fizeram chegar, Sr. Secretário Regional. E, portanto, alguém me fez chegar, tenho-os aqui todos e só lamento é que não tenham sido públicos.

A ação inspetiva não foi apenas desde dezembro, o Sr. Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, no dia 5 de dezembro, já tinha manifestado as suas preocupações sobre essa matéria.

Faço votos para que a Proteção Civil, rapidamente, com celeridade, já que não tem, reconhece, a competência do Segundo Comandante que o senhor não aceitou a demissão e pediu que ficasse em funções, pelo que percebo, já que considera o currículo, quer dos Adjuntos, quer do Sr. Comandante, eu espero que rapidamente façam aquilo que têm que fazer, já que é a bem das populações e que resolvam, quer a ambulância, quer os Altares, quer o serviço noturno que é imprescindível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima. Quer referir alguma coisa? Eu peço… porque nestas últimas, cada uma que é dita, suscita uma resposta.

(*) Presidente do Serviço Regional do Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Peço só trinta segundos. Eu penso que ficou provado que nós tivemos o máximo de cuidado, a máxima preocupação e interesse em resolver esta situação em Angra. Avançamos propostas e a situação vai ser regularizada. O socorro às populações nunca esteve em causa. O Serviço Regional e a Secretaria preocuparam-se em ouvir todas as partes e não só uma delas. Nunca metemos em causa a competência dos Comandantes, dissemos só que precisava de ser levada ao Quadro de Comandos. As situações irão ser resolvidas e já esta semana haverá a segunda ambulância. E, mais ainda, com a gestão de meios ao nível de ilha, nunca o socorro às populações esteve em causa.

Presidente: Eu agradeço a presença do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, pelos esclarecimentos que nos virem prestar. Naturalmente, nós vamos continuar com uma segunda audição que é do Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra. E, portanto, agradeço a presença. Nós recomeçamos daqui a cinco minutos com a audição do Sr. Presidente da Associação de Bombeiros.

[…] Conversa inaudível

P´lo redator: André Silva

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Audição do Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo Alcino Meneses

Angra do Heroísmo, 08 de janeiro de 2018

(*) **Presidente:** Bom, Srs. Deputados, vamos começar a segunda audição, que é a audição do Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Desde já agradeço a sua presença pelos esclarecimentos que possa dar aos Srs. Deputados.

O requerimento foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS e por isso daria a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para fazer a presentação das razões que levaram o Grupo Parlamentar do CDS a requerer estas audições que estamos a fazer durante esta manhã. Portanto, agradeço-lhe a sua presença. Daria primeiro a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima e depois daria a palavra ao Sr. Presidente para uma primeira apreciação relativamente às questões que forem colocadas e depois iriamos estender, no fundo, a audição aos restantes Grupos Parlamentares que aqui estão. Estão aqui presentes, só para lhe dar uma ideia, para além do CDS que apresenta o requerimento, o Grupo Parlamentar do PS, o Grupo Parlamentar do PSD, o Bloco de Esquerda…

(Aparte)

… o Grupo Parlamentar do PCP que está em videoconferência a partir das Flores e temos um Deputado do Grupo Parlamentar Socialista no Faial, também em videoconferência. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Alcino, muito obrigado também por ter vindo aqui à Comissão.

E como eu disse ao Sr. Presidente da Proteção Civil e ao Sr. Secretário, eu acho que isto é um problema que diz respeito a todos nós e do interesse de todos nós aqui dentro, que é o socorro às populações e o bom funcionamento dos Bombeiros de Angra, tão imprescindíveis que são nessa matéria, como recentemente também já vimos.

Há várias questões que gostaria de lhe colocar e a primeira delas é que o Comando dos Bombeiros, o seu comandante, a situação em que está todos nós sabemos, os adjuntos do Comando demitiram-se, o segundo-comandante mantém-se em funções apesar de já ter apresentado a sua demissão. Eu gostaria de perceber porque é que esta gente se demitiu e

o que é que levou ao mau relacionamento, por diversas denúncias feitas e até declarações suas que diz que pediu várias reuniões ao Serviço Regional de Proteção Civil para demitir este Comando. E, portanto, eu gostaria de saber que razões o levaram a tomar essa atitude, em primeiro lugar.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Muito bom dia a todos.

É a primeira vez que me sinto assim numa posição de interrogado, de forma que não estou propriamente à vontade por ser a primeira vez que estou assim numa situação destas, mas como não tenho nada a esconder e porque tudo corre com normalidade nesta Direção, posso-vos dizer que: primeiro, o comandante, o Sr. Luís Picanço, comandante suspenso neste momento, juntou-se com dois adjuntos e criou uma situação de mal-estar em toda a Corporação. O comandante foi suspenso como arguido num processo que eu desconheço e que não tem nada a ver com a Associação, mas continua por interposta pessoa, aquilo que chamo os «três mosqueteiros», mas são quatro, o «D'Artagnan» também conta, a insinuar coisas para os jornais, como veio no sábado passado, de irregularidades que dizem respeito a uma gestão anterior, não connosco, mas que põe em causa o bom-nome da instituição. Os adjuntos colaboravam com ele e nós criamos condições para que eles pedissem a sua exoneração. O segundo-comandante sentiu-se solidário com eles, mas nós não aceitamos a exoneração dele, porque iriamos criar um vazio de comando e isso sim, iria prejudicar a segurança das nossas populações. Portanto, neste momento temos o segundo-comandante a comandar a Corporação e não tem dois adjuntos como tinha antes, tem cinco, porque os chefes e os subchefes uniram-se à Direção, uniram-se ao segundo-comandante e, neste momento, podemos dizer que temos unidade completa no Comando, pelo menos enquanto o comandante estiver suspenso. Mais alguma questão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente da Direção, eu julgo perceber bem que os «três mosqueteiros» faziam exatamente o contrário, procuravam justiça e não procuravam injustiças. Portanto, era exatamente o contrário.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Este é ao contrário.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* E, portanto, o senhor corrigir-me-á se eu estiver errado. O senhor acusa o comandante, por interpostas pessoas, ou seja, os seus adjuntos, a quem chamou «mosqueteiros», de provocar mal-estar na Corporação.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Exato!

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* E que a Direção criou condições para os demitir.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Para eles pedirem a exoneração.

Presidente: Peço desculpa, mas nós aqui não dialogamos. Já vai ter outra oportunidade a seguir.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* E que os senhores criaram as condições para eles se demitirem. Em primeiro lugar, nada diz no jornal que foram eles que fizeram aquelas notícias de sábado. Que eu saiba são anónimas, não estão assinadas por nenhum deles, mas se o senhor sabe que foram eles… Eu julgo que no jornal de sábado (eu tenho aqui) ninguém diz que foram eles e o senhor acusa isso. Bom, o Sr. Presidente da Proteção Civil reconheceu aqui que eles tinham um bom currículo e que este Comando foi validado tecnicamente pela Proteção Civil, exatamente pelo currículo, quer dos adjuntos, quer do comandante. Eu pergunto-lhe se, nestas condições, porque também nos chegaram denúncias anónimas sobre essa matéria, portanto valem o que valem, mas eu pergunto-lhe, nessa criação de condições para eles se demitirem, da Direção que o senhor agora preside, se foram ameaçados que deixavam de pagar o ordenado em janeiro e que deixavam de lhes pagar o ordenado. Se isso terá algum fundamento e se o senhor terá dito isso a algum deles.

Depois, a outra questão que lhe queria colocar, Sr. Alcino, é a seguinte: a sua Direção, no início, tinha oito membros, legalmente constituída e na sua plenitude. Atualmente, por demissão do presidente, o senhor era vice-presidente, passou a presidente e atualmente o senhor tem apenas quatro membros na Direção. Não considera a necessidade de convocar novas eleições por ter apenas quatro membros, já que os outros se demitiram todos?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Faz favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** A Direção é composta por cinco elementos: presidente, vice-

presidente, secretário, tesoureiro e vogal. A Direção funciona sempre que tenha quórum. Neste caso são três. O tesoureiro demitiu-se, foi endossado um suplente para tesoureiro. O presidente da Direção demitiu-se, o vice-presidente avançou estatutariamente para o lugar de presidente. E, neste momento, foi chamado também para a Direção um suplente, o Sr. Nuno Bettencourt, que neste momento se encontra no Porto. Portanto, a Direção está completa, são cinco elementos na Direção neste momento. Mesmo que fossem só quatro não estaria ilegal, porque funciona sempre com quórum, porque tem quórum sempre.

Quanto à questão anterior, do grupo de cidadãos que sopra para o jornal determinadas notícias, só podem sair das pessoas que eu penso. Eu não posso dizer nomes, porque não vem aqui os nomes, mas só estas pessoas teriam conhecimento do que aqui vem, porque o cidadão comum desconhece isto. Inclusive há aqui uma situação do ex-presidente Álvaro Carepa, que é voz corrente entre o Comando que ele teria transferido 1600 euros para a sua conta e ele diz que é um empréstimo feito com conhecimento do conselho fiscal e que depois pagou. Este é o conhecimento do Comando, destes três elementos do Comando e de um outro a quem eu chamo o «D'Artagnan», porque não é bombeiro.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Quem é?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É um senhor que não é bombeiro, mas que é amigo do Sr. comandante e trabalha para ele.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Mas quem é?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Quem é? Eu não vou fazer denúncias de ninguém. O único nome que falei aqui, por ora, ainda foi o do Sr. comandante Luís Picanço.

(Aparte)

Estes 1600 euros foi a única importância que os elementos do Comando sabiam que tinha sido transferida para a conta do Sr. ex-presidente, mas não foram 1600, foram 3100 euros que já foram completamente devolvidos à Associação. Ora, como a conta que aqui vem não é de 3100, que é do conhecimento de toda esta Direção e de toda a gente, menos do Comando, posso deduzir que, para este valor vir aqui exatamente como eles sabiam, é muito provável que tenham sido estes três elementos.

Quanto a ter negado o pagamento de vencimentos a esses elementos, aos adjuntos, não foi isso exatamente. Foi a interpretação que nós tivemos do artigo 11.º, da Portaria 10/2010, que diz que quando um elemento nosso assalariado for para funções de comando, cessa o contrato de trabalho. Fica suspenso o contrato de trabalho e nós dissemos a eles que a suspensão de trabalho implicaria também a suspensão de vencimento, que não íamos pedir nada do que estivesse para trás, atrasado, mas que a partir de janeiro deixaríamos de pagar. Foi exatamente isto que foi dito. Mais tarde, porque fomos confrontados com o facto disto não ser verdade, porque a suspensão do contrato diria respeito exclusivamente a relação de trabalho e não a remuneração, por um parecer jurídico que recebemos, verificamos que afinal eles teriam direito ao vencimento. Mas isso foi posteriormente a eles terem pedido a sua exoneração. E, pronto, a situação foi esta, as condições criadas foram estas, não voluntariamente, mas pela interpretação que nós fizemos do artigo 11.º.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só para dizer que nós estamos a gravar esta Comissão. É só para ter consciência que está a ser gravada, embora obviamente tenhamos ali a comunicação social… Mas, de qualquer forma, está a ser gravada para posteriormente ser transcrita a audição. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sr. Presidente, agradeço a sua frontalidade, porque de facto vem aqui reconhecer, ao abrigo da Portaria n.º 10/2010, o artigo que o senhor referiu, que realmente disse aos bombeiros (vou chamar bombeiros, porque é tudo bombeiros) que efetivamente se continuassem a ter função de comando perderiam o vencimento de funcionário que depois vieram a adquirir. E, portanto, fica provado que uma das, digamos assim, condições, opções que fez sobre esses bombeiros foi perderem vencimentos. Mas, que eu saiba, Sr. Presidente, eles demitiram-se na sexta-feira… uma pessoa tem família para sustentar e ameaçam que vão cortar o ordenado, obviamente que a pessoa se demite. Entre não receber o ordenado ou demitir-se junto do Comando, a pessoa demite-se, porque tem família para sustentar e prefere receber o seu ordenado como bombeiro assalariado. E, portanto, fica aqui provado que a Direção fez pressão sobre esses elementos do Comando.

(Aparte)

O Sr. Presidente é que disse, não fui eu que disse: executando a Portaria n.º 10/2010… Não me interrompa! Sr. Presidente, eu fiz-lhe a pergunta e o senhor, pronto, reconheceu. E, portanto, eu acho que é mais uma razão para a Proteção Civil ter atuado, mas não atuou, enfim.

Agora, ficamos a saber que já não eram só 1600 euros do Sr. Carepa, mas 3100 euros. O senhor já pagou. Bom, mas a Associação tem condições e é legal emprestar dinheiro ao seu presidente? É também a pergunta que lhe faço. Há quanto tempo foi esse dinheiro? Quando é que foi emprestado? Quanto tempo demorou a pagar? Em que se fundamenta para a Associação emprestar dinheiro ao seu vice-presidente? Tratou-se de um empréstimo, diz o senhor. Qual é o fundamento legal para esse empréstimo?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Direção, faz favor.

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: A aplicação da lei não é pressão! É a aplicação da lei. Portanto, eu agradecia que não pusesse na minha boca coisas que eu não disse!

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Disse, disse!

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: A aplicação da lei não é pressão! Peço desculpa, mas não é pressão. E foi o que nós fizemos.

Em segundo lugar, dos dois adjuntos, um trabalha na Associação, neste momento está de férias, o outro trabalha na Biblioteca e não dependia financeiramente de nós, dependia do seu vencimento na Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo. Portanto, também se demitiu. Por solidariedade com quem? Não sei. Será uma pergunta que pode fazer a ele. Agora, vir pôr na minha boca que eu fiz, ou que esta Direção fez pressão, não é correto, porque não é verdade!

A segunda questão deve ser colocada ao ex-presidente da Direção e não a esta Direção. Esta Direção quando entrou em janeiro, ele ainda era presidente e quando detetamos que isto tinha acontecido antes, foi pressionado, primeiro, a repor o dinheiro e depois, por nós a dizer que não concordávamos que ele continuasse na Direção. Ele sentiu que estava num ambiente de mal-estar connosco e demitiu-se também de presidente. Portanto, todas estas questões têm a ver com ele, com a Direção em que ele esteve e não com esta Direção a que eu presido. Esta Direção não tem como padrão emprestar dinheiro a ninguém, muito

menos a pessoal da Direção, nem a bombeiros. Sei que a anterior Direção muitas vezes adiantava subsídios de férias e subsídios de Natal a bombeiros que tinham necessidades. Portanto, em vez de pagarem o subsídio de Natal em novembro, como é costume, pagavam em agosto ou julho, porque o bombeiro fazia um requerimento a pedir o adiantamento do subsídio de Natal. Fomos confrontados com situações semelhantes durante este ano de 2017 e foi uma atitude que tomamos. Não há adiantamentos de subsídios de férias, nem de subsídios de Natal. Portanto, todas as outras perguntas relacionadas com a gerência anterior devem ser colocadas aos gerentes anteriores e não a nós que estamos a tentar pôr o mais possível de legalidade naquela casa. Inclusive ainda temos alguém a recibo verde e estamos confiantes que já no final deste mês vamos acabar com os recibos verdes na Associação. Portanto, estamos a caminho de uma normalização que, no nosso entender, não existia antes. O que existia antes eram contas aprovadas em assembleia-geral. A assembleia-geral a partir do momento em que estatutariamente aprova as contas, elas ficam encerradas, a não ser que haja algum pedido de auditoria. Já nos passou pela mente fazer isso. Mas tudo o que diz respeito a administrações anteriores pouco tem a ver connosco. O que tem a ver connosco é o que nós herdamos da situação financeira anterior. Isso sim.

Presidente: Muito obrigado. Eu passaria agora a outros Deputados. Tenho, desde já, inscrito o Sr. Deputado José San-Bento. Faz favor.

(*) Deputado José San-Bento *(PS):* Muito obrigado. Cumprimento a todos, em particular ao Sr. Presidente. Felicitá-lo e desejar um bom ano, com muitas felicidades nas difíceis tarefas que tem pela frente.

Gostava de começar por referir que compreendo a sua indignação. Eu acho que, independentemente das diferenças de opinião, de política e de perspetivas diferentes, tem que haver aqui uma questão de boa-fé. O senhor, de facto, tem a obrigação que nós também temos e que o Sr. Deputado Artur Lima também tem e que todos temos, todos os responsáveis, que é cumprir e fazer cumprir a lei. Os senhores agiram de uma forma de boa-fé, convencidos que estavam a cumprir a lei. Houve um aporte de um parecer jurídico que indicou no sentido da reposição da situação anterior ligada à remuneração dessas pessoas. Não em parece legítimo que se infira daqui, ou que se deduza daqui que se está

perante uma situação de pressão ou de intimidação. Compreendo perfeitamente, Sr. Presidente, a sua indignação. Acho que o senhor tem toda a razão.

Queria também deixar aqui uma nota muito breve, não posso deixar de fazê-lo, até porque já tive uma significativa experiência associativa em cargos de associações de vários âmbitos, da minha profunda estranheza pela prática de empréstimos financeiros a membros de Direções. Isso eu desconhecia. Não só como responsável político, mas como dirigente associativo, já me confrontei com situações em que os funcionários solicitavam a antecipação dos subsídios de férias e dos subsídios de Natal, que era, aliás, de acordo com a lei, os estatutos, também não esquecer os estatutos das associações, era perfeitamente legal e havia uma forma de operacionalizar isso. Agora, essa questão de empréstimos… eu deixo aqui a minha profunda estranheza perante esta questão e aconselho, se me permite, ao Sr. Presidente, que esse processo seja feito com todo o cuidado e com toda a lisura no sentido de apurar, de facto, se a situação está cabalmente resolvida e restituída, porque o senhor também tem essa obrigação, de defender os interesses da organização que preside. Desculpa a franqueza de lhe estar a dar este conselho, mas isto também decorre, como disse, de alguma experiência no mundo associativo.

[…]

Aproveitava para saudar a dedicação e o esforço que a sua Direção procurou fazer. Aliás, à semelhança de outras, estamos a falar de uma instituição com muitos anos e com uma história riquíssima, mas nunca é demais, acho que é uma oportunidade em que também faz sentido nós valorizarmos a entrega desse trabalho de voluntariado gratuito, com sacrifício do tempo dedicado à família e ao lazer. E, portanto, eu gostava também de deixar aqui esta mensagem de apresso a toda a Direção, aqui na pessoa do Sr. Presidente.

Gostava de fazer duas perguntas, Sr. Presidente. A primeira tem a ver com o aspeto central para o Partido Socialista e, aliás, para outros Partidos que também aqui já, na audição anterior, se pronunciaram, que tem a ver com a situação operacional da instituição. Ou seja, independentemente das referências às célebres personagens deste grande clássico juvenil do Alexandre Dumas, eu gostava de perguntar: a situação operacional da Corporação é uma situação que me deixa tranquilo? É uma situação que nos pode deixar

tranquilos? Porque para nós o que está em causa é efetivamente o socorro às populações. Primeira pergunta.

Segunda pergunta: qual é a relação que a Associação tem com o Serviço Regional de Proteção Civil, ou com a Tutela, se preferir? Eram estas as duas questões. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros, faz favor.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Quanto à situação operacional, sim senhor, neste momento, hoje mais do ontem, porque nunca esteve em causa a situação operacional do nosso corpo de bombeiros, embora as chefias, os chefes e os subchefes estivessem desmotivados em algumas situações pela rigidez com que o Comando atuava. Neste momento ainda estão mais unidos e nunca esteve em causa a situação operacional dos nossos bombeiros. Inclusive atravessamos uma fase complicada de ambulância na secção dos Altares, que também já está resolvida, porque foi preciso eu ir para os jornais.

A segunda questão, o relacionamento com a Tutela é bom. Às vezes temos diferentes pontos de vista, mas não é, de forma nenhuma, razão para andarmos às turras. Sempre que eu necessito de algum apoio jurídico, ou outro qualquer, eu tenho o número de telefone pessoal do Sr. Presidente da Proteção Civil, que fez o favor de me dar e a qualquer hora do dia ou da noite posso-lhe telefonar e sou atendido. Portanto, o facto de eu vir procurá-lo, dizer que preciso de dinheiro, foi fruto de uma reunião que nós tivemos e depois ele veio na televisão, até foi ali por aquele Sr. jornalista, a dizer que nós tínhamos mais do que eu tinha dito. E eu depois perguntei-lhe: eu não entendo […] a mim diz uma coisa e depois diz no jornal, depois vai para a comunicação social e diz outra? Ele disse: pois, mas a Tutela mandou-me falar assim, mandou-me falar assim. Mas por causa disso foi muito fácil mais tarde resolver o problema. O problema era… aquilo batia muito, porque eu vivo nos Altares, vivo mesmo próximo da secção dos bombeiros e o nosso problema era à noite não termos uma ambulância lá em cima. A razão de ser daquela secção destacada era precisamente a distância de Angra para lá e com a falta de verba para pagar uma tripulação que lá estivesse à noite, isso desvirtuava completamente a razão de ser da existência da secção destacada. Posso-vos assegurar que, desde sexta-feira passada, já está a funcionar 24 horas por dia com uma tripulação lá em cima. Isto porque

o Sr. Presidente da Proteção Civil, muito provavelmente com o acordo do Sr. Secretário, já disponibilizou mais dinheiro, fruto talvez dessa pressãozinha que foi efetuada.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado José San-Bento, faz favor.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Felicitar o Sr. Presidente, porque, de facto, foi-nos apresentada aqui a questão do rácio, mas para além da questão do rácio, que é importante uma ambulância para cada 25 mil habitantes, é óbvio que a geografia aqui é muito relevante.

Mas a questão que queria perguntar é: face àquilo que aqui nos diz, então eu posso concluir que o pior já passou.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Sim, o pior já passou. Sem dúvida, porque para mim o pior é não termos a segurança daquela parte da ilha. Para quem conhece bem a ilha Terceira, a nossa ambulância lá em cima faz serviço desde as Quatro Ribeiras até ao início de Santa Bárbara. E sempre que alguém, numa situação de emergência, ataque cardíaco ou acidente, seja o que for, precise urgentemente de uma ambulância de socorro, ir de Angra lá cima e voltar para baixo é perder tempo e pode-se perder uma vida. E a nossa luta foi esta. É verdade que a nossa luta ainda não acabou, ainda temos mais coisas pela frente. Precisamos agora urgentemente, por exemplo, de uma viatura com características técnicas e operacionais para atuar nas ruas estreitas da cidade, nas ruas consideradas património mundial, nas ruas históricas mesmo. Já temos os orçamentos, quatro orçamentos para viaturas nesse sentido e o segundo deve estar neste momento na Proteção Civil, com os inspetores a analisar as propostas que foram apresentadas e depois vamos submeter o caso à Câmara Municipal e à Proteção Civil para saber quem é que nos vai comprar as viaturas para o centro histórico da cidade. É uma viatura mais pequena que… faltam-me os termos técnicos, porque não sou bombeiro, mas é uma viatura que… quando há um acidente, quando há um fogo numa casa, se a viatura não pode ir lá, eles estendem uma quantidade de mangueiras até chegar lá e quando fazem isso, muitas vezes chegam à residência e ela já ardeu, só vão fazer o rescaldo. Então é uma viatura que possa penetrar nas ruas estreitas. E, pronto, ainda há trabalho pela frente.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Um autotanque…

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Sim, mais curto, mais pequeno, mais operacional em ruas estreitas. Aquela Associação e o corpo de bombeiros, assim como todos, nunca tem tudo feito, é sempre preciso fazer mais qualquer coisa. A situação mais urgente que nós tínhamos era a da ambulância lá em cima e que já está resolvida.

O nosso relacionamento com a Tutela, como lhe disse, é bom, independentemente de algumas questões que a gente tenha, de pontos de vista diferentes, mas é boa.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Estou esclarecido, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Carlos Ferreira…

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito também para saudar o Sr. Presidente da Direção pela sua vinda aqui a esta Comissão.

Fiquei com algumas dúvidas sobre as referências que fez à questão da remuneração dos adjuntos e pedia-lhe, por favor, para voltar a pegar nessa questão e esclarecer um pouco melhor, porque eu não percebi exatamente o que o senhor disse. Conheço a Portaria 10/2010 e o artigo, salvo erro, 11.º, que refere essa incompatibilidade remuneratória, mas podia ser o senhor a esclarecer melhor o que aconteceu na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.

E, para além disso, partindo de uma referência que foi aqui feita, hoje, pelo Sr. Secretário Regional da Saúde que referiu que, com o mesmo apoio, com os mesmos meios, temos duas Associações na ilha Terceira: a da Praia da Vitória a funcionar muito bem, tendo até sido apontada como um exemplo e a de Angra com problemas de funcionamento. Perguntava-lhe se concorda com essas referências, com a classificação da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo como uma associação com problemas de funcionamento.

E perguntava-lhe também, aproveitando para fazer as questões todas, pelo menos nesta fase, pegando aqui numa outra questão que eu coloquei ao Sr. Secretário Regional, se hoje o Sr. Secretário podia assegurar que estavam garantidas todas as condições para o socorro às populações e à proteção de pessoas e bens no concelho de Angra do Heroísmo. O Sr. Secretário respondeu que, se a Direção da Associação cumprir as recomendações que forem emitidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil de Bombeiros dos Açores, sim, que estão reunidas todas as condições. Pergunto-lhe, Sr. Presidente, se considera

então que foram então tomadas as recomendações que foram emitidas pelo Serviço e se a Direção da Associação tenciona acolher essas recomendações de modo a garantir então que estão reunidas todas as condições para o socorro às populações em Angra do Heroísmo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Direção, faz favor.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Bem, quanto à primeira questão, acho que fui muito claro, eu não entendo porque é que tenho que esclarecer mais em relação ao vencimento, ao artigo 11.º da Portaria. Suponho que fui o mais claro possível. Sinceramente, não entendo a pergunta.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* O senhor entende então que anteriormente não devia ter sido… não […] a ser pagas as remunerações.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Exato. Foi o nosso entendimento e entendemos também…

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Se o Sr. Presidente me permitir, posso colocar aqui uma questão adicional.

Presidente: O diálogo não é muito bom, mas esclarecer o Sr. Presidente da Direção a pergunta que fez…

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Não sei se tem conhecimento, mas nós, na sexta-feira, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores apresentou uma iniciativa tendo em vista a revisão da Portaria 10/2010. Perguntava-lhe se esse é um dos aspetos que o senhor entende que, numa revisão da Portaria, deve ser reformulado, ou se concorda com a manutenção dessa incompatibilidade, de um assalariado da instituição integrar o quadro de Comando e continuar a auferir uma remuneração nessas condições.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Eu não sou da opinião que um elemento dos assalariados faça parte do Comando, mas isto é uma opinião. Claro que no Comando temos lá bombeiros, por exemplo, um elemento que trabalha na Biblioteca não é nosso assalariado e era adjunto do Comando. Demitiu-se. Mas esse tinha condições diferentes do outro que era nosso assalariado. Um subchefe que vai para adjunto do Comando fica superiormente a dirigir os chefes e quando acabar a sua função volta novamente para o posto que tinha, de subchefe. Cria-se aqui uma situação instável de chefias que não me parece correta, mas

esta é a minha opinião. Isto é uma questão operacional, desde que o comandante se entenda com os chefes e com os adjuntos, eu não tenho nada a opor, porque não tenho nada a fazer em situações operacionais. A nossa missão ali é gerir administrativamente a casa e não se imiscuir em termos operacionais, a não ser que eles comecem a destabilizar demasiado o corpo de bombeiros.

A segunda questão (suponho ter respondido bem à primeira), a relação entre a Praia da Vitória e Angra do Heroísmo é uma comparação que eu não quero fazer, porque a mim compete-me defender a minha "dama" e não atacar a "dama" de ninguém. Mas o Sr. Secretário também já me disse essa conversa e o Sr. Presidente da Proteção Civil também já veio uma vez com essa conversa. O que nós recebemos da Proteção Civil, da Secretaria Regional da Saúde, através da Proteção Civil, em Angra, são cerca de 19 mil euros e qualquer coisa, mensais, para todo o serviço de emergência pré-hospitalar. A Praia da Vitória recebe exatamente a mesma importância que nós. A Praia da Vitória não tem uma secção destacada nos Altares, nem em lado nenhum, mas nós temos uma. O que implica o dobro das tripulações. Portanto, há comparações que são incomparáveis. Há razões que não podem de forma nenhuma ser comparáveis, porque quatro grupos que trabalham de piquete em Angra estão a ser pagos pela mesma importância que quatro grupos de piquete na Praia da Vitória, mas temos mais quatro para secção dos Altares. Por isso a nossa luta para termos mais verba disponível, de forma a poder assegurar a tripulação nos Altares durante a noite. E foi isso que já foi desbloqueado e já conseguimos, como disse há pouco, ter a ambulância à noite lá em cima.

O terceiro ponto, se esta Direção aceitasse e pusesse em prática as recomendações do Serviço Regional de Saúde. A nosso pedido, a Inspeção de Bombeiros e o Serviço Regional estiveram na Associação, ouviram a Direção, ouviram o Comando, ouviram os chefes, ouviram os assalariados e os voluntários não assalariados, todos separadamente, para tomar pulso à situação que se passava lá. No final produziram um relatório, que eu tenho aqui presente, com várias recomendações. Uma delas é: "Que seja solicitado parecer jurídico sobre a possibilidade de a Associação conseguir proceder à substituição do atual comandante que se encontra suspenso por tempo indeterminado." É uma das recomendações do Serviço Regional de Proteção Civil, porque o atual comandante está suspenso enquanto não for resolvida a situação judicial em que ele é arguido e todos nós

sabemos como funciona a justiça em Portugal, não podemos ficar eternamente sem um comandante que está suspenso e não exonerado. Uma outra das recomendações é: "Que a Associação encete as medidas necessárias à renovação do quadro de Comando, por forma a que seja introduzida uma mudança de atitude na gestão do corpo de bombeiros e também no relacionamento com os bombeiros que a constituem." Já cumprimos também esta parte com a exoneração, a seu pedido, dos adjuntos. E a responsabilização dos elementos contratados de acordo com a sua categoria, etc. Portanto, estamos a cumprir as recomendações da Proteção Civil e em algumas delas temos tido pressão contrária para não as concretizar, mas com um bocadinho de boa vontade e com esforço da nossa parte estamos a conseguir concretizar as recomendações da Proteção Civil. Respondi?

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado, quer…

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Perguntar então muito diretamente, Sr. Presidente, com base no que acabou de nos responder, se pode, hoje, também nesta Comissão, garantir que estão reunidas todas as condições para que o socorro às populações do concelho de Angra do Heroísmo e a proteção de pessoas e bens estejam assegurados.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Posso sim.

Presidente: Muito obrigado. Mais alguém se inscreve? Sr. Deputado Manuel Pereira…

(*) **Deputado Manuel Pereira** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente à questão do funcionamento da equipa que permite que tenha a segunda ambulância durante a noite nos Altares, essas verbas que referiu dos 19 mil euros, do reforço… o que gostaria de saber era se esta já está classificada ou se é alguma proposta. Porque recordo que o Sr. Secretário já o afirmou, que iria rever o modelo de financiamento. Se é uma proposta que foi remetida à Direção dando conhecimento das adaptações que eram necessárias fazer à Portaria que fixava o valor dos 19 mil euros.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** A Portaria 94/2014 é que fixa este valor de 19 mil. Já recebemos um ofício a dizer que iriamos receber mais cerca de 12%, o que significa aproximadamente mais 2 mil euros, números redondos. É com este dinheiro que nós agora já temos o financiamento necessário para a ambulância durante a noite. O que o Sr. Secretário se estará a referir, possivelmente, é de uma comissão que foi nomeada para

rever esses valores da Portaria 94/2014, que tem seis meses para fazer isso, possivelmente. Suponho que seja isso.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira…

(*) **Deputado Manuel Pereira** *(PS):* O que eu queria saber era… o que está em vigor é a Portaria de 2014 que dá os 19 mil euros e que o Sr. Presidente afirmou que na fórmula de cálculo de transferências para estas associações irá haver um aumento e recebeu um ofício em que irá haver um financiamento diferente do da Portaria. Portanto, será um valor dentro de 2100 euros e é por causa de 2100 euros que permite manter o piquete durante a noite e ter também nos Altares a ambulância 24 horas por dia. É isso?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É isso. Tínhamos três piquetes e agora temos um quarto.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado António Lima…

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar o Sr. Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.

Fazer duas questões muito concretas, até para esclarecer a alteração que existiu recentemente com a entrada em funcionamento da ambulância no Altares. Queria que o Sr. Presidente esclarecesse se a não existência, até há pouco tempo, de uma ambulância no Altares se devia única e exclusivamente à falta de verbas, ou se existiam outros condicionamentos a esse serviço existir nos Alteres.

E perguntava especificamente: as verbas recebidas agora a partir do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros servem para pagar que despesas? Se é apenas a tripulação, ou se é outro tipo de despesas que estão associadas também ao serviço.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Faz favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** O serviço era assegurado 24 horas por dia na secção dos Altares pelos nossos assalariados que faziam serviço noturno gratuitamente. Sempre com a promessa de que o problema iria ser resolvido. E o problema estava sempre constantemente a ser empurrado para a frente e nunca foi resolvido. Um dia, os nossos assalariados disseram: parou, porque nós não temos que fazer gratuitamente o trabalho para o Serviço Regional de Saúde, quando a Secretaria deve pagá-los. A Secretaria agora entendeu que nós tínhamos razão e pronto…

Quanto à outra situação que pôs, foi?

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Se a verba que recebeu…

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É exclusivamente para os salários.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, tem mais alguma questão? Muito obrigado. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Uma questão prévia, se o Sr. Presidente der autorização… Há quanto tempo o senhor é Presidente da Direção?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Desde abril.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Desde abril, muito obrigado. Assim já me situa, porque eu não sabia quando é que o senhor tinha tomado posse como presidente.

Bom, eu fico realmente muito satisfeito, coisa que o Sr. Secretário não disse aqui de manhã, nem o Sr. Presidente da Proteção Civil, que já há uma ambulância nos Altares. É uma satisfação muito grande. Interroguei-o sobre essa matéria e eles nada disseram sobre esse assunto. E, portanto, fico muito satisfeito, porque já tem uma ambulância à noite.

E também que o senhor tenha confirmado que, efetivamente, quando passaram a ser assalariados deixaram de fazer serviço noturno nos Altares. Também era coisa que até agora…

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Desculpe, eu não disse isso!

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Então eu percebi mal o que o senhor disse na resposta ao Sr. Deputado António Lima. Eu percebi que o senhor disse que os nossos assalariados deixaram de fazer serviço noturno nos Altares. Foi isso que eu percebi. Percebi mal?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Percebeu mal.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Bom, então eu pergunto-lhe o que é que o senhor quis dizer com isso.

Depois, o senhor disse que os assalariados não devem fazer parte do Comando de bombeiros. Eu pergunto-lhe quem é que o senhor vai pôr, se já nomeou gente para o Comando, quem é que vai pôr.

Depois falou na aquisição de uma viatura. Essa viatura Mercedes, uma carrinha Mercedes que foi adquirida, uma Mercedes de nove lugares, já foi na sua Direção? Pergunto-lhe se já foi na sua Direção e pergunto-lhe também se essa carrinha vai estar ao serviço privado de um elemento da Direção e da sua companheira, que conduz normalmente essa carrinha pelas ruas de Angra e é vista por todo o lado, um carro registado no nome de Proteção Civil e Bombeiros. Se o Sr. Presidente já tomou alguma medida sobre essa matéria.

Depois, sobre os empréstimos, eu acho que o senhor tinha razões mais do que suficientes para convocar uma auditoria. Portanto, a pergunta é: porque é que ainda não o fez? Porque, pelos vistos, não é só a questão do Sr. Presidente, há numa notícia do Diário Insular também as questões dos extintores, de recibos verdes passados para eventualmente financiar outras coisas, portanto era mais um assunto que o Sr. Presidente tem conhecimento. E a pergunta é: porque é que o senhor já não pediu essa auditoria? Porque é que não pediu auditoria, em primeiro lugar, sobre os pagamentos que já vão em 3 mil e tal euros? Se o Sr. ex-presidente da Direção pagou, conforme a lei, juros do empréstimo. É assim que estipula a lei. Se foram pagos na sua totalidade.

E vou-lhe dizer uma coisa, o senhor pressiona e vou sublinhar outra vez, o senhor pressiona os elementos do Comando a demitirem-se, a dizer que em janeiro não lhes pagava o ordenado! É a lei, mas até agora […] a Portaria 10/2010, exatamente desde 2010, não é? E, portanto, porque é que só em dezembro é que o senhor ameaça…

(Aparte)

Porque é que só agora é que o senhor se lembra de aplicar a lei, que nunca ninguém aplicou antes? E, portanto, o senhor está lá desde abril. Porque é que não aplicou antes?

Depois, reconhece que o bombeiro Cláudio é dos bombeiros mais condecorados dos Açores, com um excelente currículo? Que o outro, o João Direitinho também é um bombeiro altamente qualificado, com vários cursos de formação, quer na área da saúde, talvez o mais referenciado dos bombeiros de Angra, na área da saúde? Sabe isso? Reconhece isso? Também muito referenciado na área de formação de bombeiros. Sabe que o bombeiro Cláudio até presta auxílio na formação, na Proteção Civil? Sabe também

que o segundo-comandante é formador acreditado pelo Serviço de Proteção Civil sobre desencarceramento? Sabe isso tudo? Portanto, tudo isso, gente altamente qualificada, altamente formada, com formação nas valências necessárias a ser bombeiro e até com cursos de chefias, a Direção entende demiti-los e pressioná-los a serem demitidos, porque eventualmente tinham excesso de disciplina. Bom, se não há regras e numa instituição paramilitar como são os Bombeiros, não chagamos lá. E quero saber quem é que o senhor vai pôr a substituir esses que se vão embora. E o seu currículo? O currículo que o senhor tem para apresentar, que garantias dá para substituir estes homens?

E, Sr. Alcino, só mais uma pergunta. Portanto, a da carrinha já lhe fiz, que é propriedade dos Bombeiros e conduzida por uma pessoa, ao seu serviço particular, que anda aí para baixo e para cima na cidade, que toda a gente vê. Se é do seu conhecimento e o que é que já fez sobre isso.

Se vai manter o que aqui disse, de que os assalariados não podem pertencer ao Comando dos Bombeiros.

E queria pedir também, porque depois fiquei curioso… O senhor acabou de dizer que a lei pressiona. Quando dá jeito! A lei pressionou a que se demitissem os adjuntos do Comando ou pelo menos um. Não me referiu […] continuasse adjunto do Comando. Isso foi o que se passou factualmente. Mas o senhor diz ter o parecer jurídico que mandou pedir e bem, que não lhe dá razão. Eu gostaria de pedir que facultasse esse parecer jurídico aqui à Comissão para podermos também ajuizar sobre isso.

E efetivamente registo também que a secção dos Altares estava fechada, não só pelas razões que já disse, de pessoal, mas também por falta de verba e que o Governo, apesar de ter estado aqui presente, não confirmou. E pronto, são estas as questões que tenho para lhe colocar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faz favor.

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: Bem, há aqui várias questões e várias situações, umas que me dizem respeito e outras que não. Eu, antes de vir para aqui, pensei muito seriamente qual era a legalidade de eu aqui vir ou não. Mas entendi que eu devia vir por respeito aos homens e mulheres que foram eleitos pelo povo açoriano e, portanto, devia aparecer aqui embora a tal não fosse obrigado.

Na minha opinião, esta Direção responde perante a assembleia-geral e é perante sua assembleia-geral que tem que responder pelos seus atos. E, em segundo lugar, perante as entidades públicas administrativas que financiam esta Associação com dinheiros públicos. E, portanto, perante essas entidades públicas nós também temos o dever de prestar contas. E é isso que fazemos anualmente com o Serviço Regional de Proteção Civil e sempre que a Proteção Civil, ou a Secretaria através da Proteção Civil, nos solicita qual a situação em que nós estamos. Portanto, por uma questão de respeito para com as pessoas que foram eleitas pelos açorianos estou aqui, mas há situações que a gente precisa de entender: eu e a minha Direção respondemos perante a assembleia-geral e a assembleia-geral é composta pelos sócios da Associação.

No que diz respeito à carrinha, a carrinha não é dos Bombeiros. É preciso diferenciar o que é o corpo operacional, do que é toda a área administrativa. Qualquer elemento da Direção não pode conduzir nenhuma das viaturas operacionais TPL, AL, ou outro tipo de viatura, desde que tenha Serviço Regional de Proteção Civil. A carrinha a que se refere não foi comprada por esta Direção, foi comprada pela Direção anterior, não é uma carrinha operacional e não é nada do Serviço de Proteção Civil. Foi comprada com dinheiro da Associação. Eu não tinha nada que falar nisso, porque não fui eu…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* A carrinha é da Associação. Foi o que eu disse, que a carrinha é da Associação.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Não, o senhor disse foi que a carrinha era uma carrinha do Serviço de Proteção Civil.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Não, é da Associação.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Deve estar gravado. Mas a carrinha é da Associação, não é do Serviço de Proteção Civil. Funciona com combustível da Associação, as revisões e tudo aquilo que for necessário é da Direção. Aquela carrinha até já esteve para ir para os Altares, para o seu presidente quando tivesse reuniões como esta aqui, em vez de vir na minha viatura, vir naquela viatura, porque a distribuição daquela viatura diz respeito à Associação, à assembleia-geral e à Direção. Portanto, se ela vai para os Biscoitos ou se vai para os Alteres diz respeito à Direção que manda naquela viatura. E, portanto, se eu

precisar dela ou se outra pessoa precisar dela… aliás, quando foi comprada, a finalidade dela era para transportar a charanga e os infantes, que nós temos ainda o quadro dos infantes de lá de cima dos Altares, Raminho e Serreta, que estão a tirar curso de pré-formação de bombeiros.

Eu não tomei nota de quais foram as outras questões que o senhor tinha posto, mas gostaria de falar novamente do Cláudio, porque não foi exclusivamente porque nós dissemos que íamos aplicar o artigo 11.º da Portaria, não foi por isso que o Cláudio se demitiu, porque o Cláudio tinha o seu vencimento da Biblioteca. O Cláudio não estava a receber absolutamente nada nos Bombeiros. Portanto, quando ele se demitiu foi por razões que ele entendeu que devia sair. Por solidariedade para com um colega dele? Não sei. Por entender que independentemente dos valores que ele tenha, a atitude dele não seria a melhor? Porque um indivíduo pode ser muito bem classificado e o relacionamento humano não ser o melhor. Isso não significa que não seja um bom ator em teatro de operações, mas que tenha um péssimo relacionamento com os seus homens, maltratá-los e chamar-lhes nomes, principalmente a senhoras, com palavrões. Isso não são atitudes dignas de um cavalheiro.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Quem é que dizia isso?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Eu estou-lhe a dizer que maltratar pessoas e chamar nomes, principalmente a senhoras, não são atitudes dignas de um cavalheiro.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Artur Lima, tem alguma…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Tenho, tenho. Portanto, Sr. Alcino, fiz-lhe a outra pergunta, naturalmente não vou entrar nessas questões de que o senhor aí fala, porque o que havia era disciplina, segundo eu percebi, no quartel e, naturalmente, o adjunto Cláudio demitiu-se, porque foi várias vezes desautorizado pela Direção, nomeadamente pela comissão de disciplina quando, isso foi ele que me contou, posso estar à vontade para lhe dizer…

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É falso!

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* … alguns processos disciplinares que instauraram e foram reiteradamente, pelo menos em dois ou três casos, anulados pela comissão de disciplina, de que o senhor faz parte, o Dr. Ricardo Barros e mais o outro […]

A pergunta que eu lhe fiz era muito objetiva: quem é que conduz a carrinha? Porque eu próprio já vi.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Qualquer pessoa pode conduzir a carrinha.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Não, não pode. Aí é que está, é ilegal. A carrinha é propriedade da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra e a esposa do Sr. Padre Carlos Correia não pode conduzir a carrinha.

(Aparte)

Presidente: Srs. Deputados… vamos voltar ao Sr. Deputado Artur Lima. Sr. Deputado Artur Lima, faz favor de continuar.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Eu até me admiro da gargalhada, mas sobretudo a gargalhada do Sr. Deputado João Vasco, que é jurista. Eu não sei se conhece o direito canónico, mas devo-lhe dizer uma coisa que foi uma expressão que usei, porque […] o Carlos Correia como padre. Mas já agora, se quiserem ir ao direito canónico…

(Aparte)

E, portanto, Sr. Presidente, se me permite, é que, como sabe, é indissolúvel. A Igreja Católica não reconhece ex-padres, só padres. Podem ou não estar a exercer o sacerdócio, mas são sempre padres para a Igreja Católica. Podia até explicar mais umas coisas…

(Aparte)

Mas quanto ao ex-padre, se vos der mais jeito, ao ex-padre Carlos Correia, a companheira, a esposa, como quiser chamar, conduz várias vezes a carrinha e o senhor acha que isto é legal. Eu só queria que o senhor me confirmasse isso, se está a cumprir a lei com isso.

Depois, queria que o senhor me dissesse quem é que vai pôr, se já tem Comando. Porque se já tem Comando, quem são e qual é o seu currículo?

E, depois, Sr. Alcino, eu agradeço obviamente que o senhor tenha vindo cá por sua livre e espontânea vontade. Não é obrigado. Aliás, há muita gente que até nem vem. Agora, devo-lhe dizer uma coisa, essas instituições financiadas por dinheiros públicos só têm que responder perante o poder democrático. Em democracia é assim, quer o senhor goste,

quer não goste. E, portanto, se o senhor não viesse, alguém viria e chegaríamos de alguma maneira àquilo que queríamos, nem que tivéssemos que fazer uma inspeção ao seu quartel de bombeiros e à sua Direção. Também temos poderes para isso. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores… e mais uma vez agradecendo a sua vinda aqui, foi benéfico que o senhor tivesse vindo, porque ilegalidades denunciamos nós todos os dias, tomamos nota delas todos os dias e fiscalizamos estatutariamente também essas associações que recebem dinheiros públicos. O Estatuto da Região Autónoma dos Açores, o nosso Estatuto é claro nessa matéria. E, portanto, eu queria saber se, às questões que eu coloquei, o senhor está em condições de me responder.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros…

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: Todas as estruturas que ali tem, dentro daquele quartel, são propriedade da Associação. Tudo é propriedade da Associação. Desde as carrinhas que apagam fogo nas casas, às ambulâncias, à carrinha a que o Sr. Deputado se refere, todas pertencem à Associação. Umas têm determinadas funções, que é de transporte de doentes, apagar fogos, ou outros situações e essas foram compradas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Secretaria da Saúde e estão adstritas exclusivamente àquela função. A outra viatura, que não foi comprada por esta Direção e que faz parte dos bens daquela casa, pertence à Associação e a Associação é gerida por uma Direção. A Direção pode ceder a carrinha seja a quem for, ou seja para que for e a Direção não tem mais explicação nenhuma que dar a ninguém sobre aquilo que é seu, a não ser à assembleia-geral. Aquela carrinha é gerida pela Direção, da mesma forma como a minha carrinha é gerida por mim e pela minha mulher. Eu posso emprestar a minha carrinha a quem eu quiser. Esta Direção pode emprestar aquela carrinha a quem quiser, a não ser que…

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não pode não senhor. É ilegal.

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: Se é ilegal, eu gostava de saber onde é que isso está. A não ser que a assembleia-geral proíba esta Direção de fazer determinado ato.

Quanto aos processos disciplinares, o nosso adjunto Cláudio… pois, bem me parecia que algumas notícias não chegavam só aos jornais, também chegam alguns outros sítios. Pois,

por isso mesmo eu estou aqui, senão eu não estava aqui. Afinal já começamos todos a perceber quem são os «três mosqueteiros» e o «D'Artagnan».

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Isso é inconcebível!

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É inconcebível! O Cláudio não pode dizer que esta Direção o desautorizou, ou que desautorizou o Comando no conselho de disciplina, porque só foi ainda remetido ao conselho de disciplina, composto pelos três presidentes dos três órgãos sociais (o presidente da assembleia-geral, o presidente da direção e o presidente do conselho fiscal) um único processo, que estava incompleto e não tinha absolutamente anda. Porque um determinado chefe não era bem-visto pelo comandante, foi liberado o processo disciplinar sem qualquer tipo de defesa. No recurso que foi apresentado ao conselho de disciplina e foi pedido toda a documentação que estivesse por detrás da comissão, não existia absolutamente nada em termos de defesa. Só havia acusações vagas e em determinado momento um pena de suspensão. O senhor recorreu, nós analisamos e vimos que não havia qualquer tipo processual de legalidade para aquilo acontecer. Se houve ou não motivos para a punição, não estavam lá escritos e se estavam lá escritos não havia defesa. Eu penso que qualquer pessoa é inocente até se provar o contrário. Neste caso era ao contrário, qualquer pessoa era condenada até provar o contrário. Quer dizer, sou que eu tenho que provar que não fiz determinadas coisas. A partir de determinada altura não são eles que provam que eu fiz, sou eu que tenho que provar que não fiz. Não é assim! Portanto, o Sr. Cláudio sopra muitas notícias cá para fora e essa foi mais uma delas.

Presidente: Quero dizer, quer ao Senhor Deputado Artur Lima, quer ao Sr. Presidente da Direção, que nós estamos aqui a nomear pessoas e eu acho é pouco razoável estar a fazer isso. E, portanto, não é esse o papel que cabe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, questões de natureza pessoal que sejam… Peço muita desculpa, mas eu a partir de agora deixo de tolerar essas questões que sejam feitas por outras vias que não no âmbito da Comissão de Política Geral.

(Aparte)

Dou-lhe licença desde que não volte a falar também, deixe-me dizer assim, do «D'Artagnan» e dos…

(Aparte)

Vamos aligeirar isso. Ó Srs. Deputados, eu peço a todos o bom senso que deve existir nestas questões. Faz favor de terminar a sua intervenção.

(Aparte)

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Portanto, era o que eu estava a dizer, o conselho de disciplina reuniu e analisou o processo que estava incompleto e, a partir daí, só tinha que tomar uma solução, era anular uma pena que no nosso entender tinha sido mal aplicada. E, de qualquer forma, as pessoas que estavam por detrás da acusação podiam sempre recorrer aos tribunais se entendessem que havia razões para isso. Da mesma forma como o arguido podia recorrer para um conselho de disciplina, qualquer um, ou o arguido no caso de nós confirmarmos a sentença, ou os acusadores no caso de não confirmarmos, tinham toda a liberdade para recorrer aos tribunais confirmando ou não aquilo que nós tínhamos feito. Portanto, vir dizer que nós desautorizamos o Comando, não é verdade. O que nós temos é a nossa autoridade própria e não é por causa de algumas pessoas sentirem que os seus galões estão postos em causa, que nós vamos deixar de proceder da forma como entendemos correta para bem da Associação.

Presidente: Sim senhor, muito obrigado. Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, muito obrigado. Estranho é que só […] as questões agora no fim, porque o senhor Alcino Meneses […] logo à entrada.

(Aparte)

E, portanto, o Sr. Presidente da Direção reitera que empresta uma carrinha comprada com fundos públicos, com dinheiros públicos. Que a Direção empresta a quem quer e bem entende. Está gravado! Foi o que o senhor disse. E eu digo-lhe que não é assim e não vai ser assim, porque a lei existe para ser cumprida. O senhor não pode emprestar a carrinha a quem quer e a quem entende, porque é da Direção. A carrinha foi adquirida com o dinheiro de nós todos aqui dentro e de quem está lá fora, dinheiros públicos.

Depois, perguntei qual é a solução que o senhor tem e os currículos, para substituir os elementos demissionários. Ainda não deu respondeu a essa questão. E obviamente também, porque é que só se resolve a questão dos Altares depois de virem… ao menos essas denúncias todas que vieram a público tiveram uma vantagem: é que os angrenses

hoje estão mais protegidos, têm uma ambulância nos Altares. Até a sua vinda aqui teve alguma utilidade. É que nos disse que nos Altares já havia uma ambulância em serviço noturno, coisa que o Sr. Secretário não disse. E, portanto, eu pergunto-lhe novamente, Sr. Presidente: como é que vai fazer e para mantar um bom clima e a segurança das pessoas? Quanto às outras questões não vou obviamente fazer referência, mas o que é que o senhor vai fazer e se pondera ou não, perante as coisas todas que aqui estão, recibos verdes passados, dinheiro usado, 3 mil e tal euros, pelo ex-presidente e outras coisas que se calhar existem e que nós não sabemos, se pondera ou não pedir uma auditoria às contas da anterior Direção.

Presidente: Faz favor, Sr. Presidente.

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: A Associação tem receitas próprias. A Associação vive de receitas de um restaurante que lá tem, que recebemos uma renda mensal, temos instalações alugadas à Inspeção Regional de Saúde e temos também o serviço de extintores a funcionar. Portanto, vir insinuar que a carrinha foi comprada com dinheiros públicos, eu não disse isso, nem é verdade, porque a Associação tem as suas receitas próprias. Os dinheiros públicos são aplicados em todas as situações de socorro às populações, prestamos contas anualmente ao Serviço Regional de Proteção Civil e essa questão nunca foi questionada, nem pode sê-lo.

Quanto à nomeação do Comando, a gente está numa situação muito complicada, porque o Comando é nomeado pelo comandante e, neste momento, o comandante está suspenso judicialmente. Temos aqui uma das recomendações do Serviço de Proteção Civil que é: "Solicitar pareceres jurídicos sobre a possibilidade de a Associação conseguir proceder à substituição do atual comandante que se encontra suspenso por tempo indeterminado." Já li isto há pouco. Isto significa o quê? É que enquanto o senhor comandante está suspenso, existe o posto de comandante que está ocupado por uma pessoa que está suspensa. Portanto, se o comandante é que nomeia o segundo-comandante e os adjuntos, agora dependerá sempre deste parecer jurídico que ainda não chegou, para sabermos o que fazer com o Comando. É uma situação própria, nunca vivida em lado nenhum, porque não há memória de uma pessoa estar em determinadas condições, como o Sr. Comandante está e não ter, com certeza, a vontade de pôr o seu lugar à disposição, pelo menos enquanto

está suspenso. Portanto, eu não lhe posso dizer como é que vou nomear o Comando, porque eu não posso legalmente nomear ninguém para ali. Neste momento tenho o segundo-comandante e as chefias a assegurar completamente o funcionamento operacional da Corporação e penso que é mais isto que interessa do que propriamente outras pequeninas coisas de ter ou não ter outra pessoa lá. É se a Associação está com o seu corpo de bombeiros operacional para fazer face a qualquer ocorrência. Está! E é isso que me interessa. Entrar na miudeza de arranjar, desculpe a palavra, um adjunto para substituir os adjuntos que saíram, isso depende sempre o segundo-comandante, dos chefes e principalmente do parecer jurídico que nós solicitamos.

Quanto ao dinheiro que esse senhor levantou, foi feita uma transferência de 1100 euros e depois uma transferência de 1500 euros com o amém do presidente do conselho fiscal. Tudo isto aconteceu quando eu não estava lá, não sabia de nada, só soubemos mais tarde e foi quando pedimos ao senhor para abandonar as funções. Eu fui eleito em dezembro de 2016 como Vice-Presidente e à medida que fomos descobrindo algumas coisas lá dentro, fomos clarificando determinadas situações e fomos repondo legalmente a legalidade naquilo que era possível. Estes recibos verdes que eram passados, acabamos com isso. Não acabamos com os recibos verdes, mas acabamos com essa falcatrua de um indivíduo receber 300 e passar um recibo verde de 600. É isso que vem aqui sendo denunciado.

Presidente: Peço desculpa, mas não foi colocada nenhuma questão sobre isso. Portanto, eu acho que nós temos que começar a ser… não estamos aqui a discutir o artigo que veio no Diário Insular, no sábado passado. Estamos aqui para responder exatamente às questões colocadas. Eu peço o máximo de bom senso, inclusivamente ao Sr. Presidente da Direção.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Eu coloquei a questão dos recibos verdes, peço desculpa. Eu coloquei a questão dos recibos verdes. Podem ouvir a gravação.

(Aparte)

Presidente: Espere aí, não. Há várias questões antes de chegar à questão do Sr. Deputado San-Bento, há uma interpelação do Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente. Para uma interpelação à Mesa. Talvez procurando recentrar, eu gostava de solicitar que o Sr. Presidente, se não

vir inconveniente, entregasse à Comissão, para depois ser disponibilizado, o documento com as recomendações que acabou de ler em algumas das suas intervenções, de modo a que possa também ser do conhecimento dos Deputados da Comissão.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Estas recomendações?

(*) **Deputado Carlos Ferreira** *(PSD):* Sim senhor.

(Aparte)

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado João Vasco Costa…

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar primeiro o Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.

Recentrando e também sendo muito breve, eu gostaria de saber, Sr. Presidente da Direção, o número de situações em concreto, se houve algum levantamento, que puseram em causa o socorro e a segurança das populações antes de lhe ser facultada a ambulância dos Altares. É só isso. Muito obrigado.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Não. Felizmente não aconteceu nada.

(*) **Deputado João Vasco Costa** *(PS):* Muito obrigado.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Numa reunião que eu tive com o Sr. Secretário, eu responsabilizei-o e disse-lhe até que ele devia ser responsabilizado civil e criminalmente na eventualidade de alguém morrer por causa da falta de assistência, mas felizmente nunca aconteceu. Não aconteceu absolutamente nada.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado José San-Bento…

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sr. Presidente da Direção, há aqui uma questão que eu gostava que o senhor clarificasse. Quando diz que a Direção pode emprestar o veículo, carro ou carrinha, a quem quiser, pareceu-me que houve aqui duas interpretações distintas. O Sr. Deputado Artur Lima fez a sua interpretação e eu fiz uma interpretação diferente. Eu fiz uma interpretação que a Direção pode emprestar a carrinha a quem entender, no âmbito do objeto e na persecução dos objetivos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Portanto, são duas interpretações

completamente distintas. É porque uma pressupõe abuso e total discricionariedade e a outra implica critério, ponderação e rigor. Portanto, era isso que eu gostaria que o senhor clarificasse, porque parece-me que é muito importante este assunto ficar completamente em pratos limpos, aqui nesta reunião. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente…

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Bem, o que aconteceu neste caso em concreto foi: o Sr. Carlos Correia tinha a viatura dele avariada e pediu à Direção, enquanto a viatura não ficasse reparada, se podia usar a carrinha. E nós dissemos que não havia qualquer inconveniente em usar a carrinha, desde que não fosse durante muito tempo.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* E este senhor é o quê?

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** É tesoureiro da Associação.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Muito bem. Estou esclarecido.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima…

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sr. Presidente, por mim, não havendo nenhuma emergência vou dar por fim as minhas intervenções, mas gostaria, no entanto, de dizer o seguinte: o Sr. Presidente da Associação foi claro, está gravado, sobre aquilo que a Associação faz com a referida carrinha. Eu refiro que a Associação é uma Associação Humanitária sem fins lucrativos e que tem que ser gerida, essa sim, com parcimónia e com respeito pelos dinheiros públicos que recebe, pese embora tenha fontes de rendimento próprias. Com certeza tem que ter. Mas é uma Associação pública, não é da Direção. A Direção representa ali os seus associados e, portanto, não é dona, gere um bem público. Quanto ao mais, só pode conduzir aquela carrinha ou qualquer carro dos Bombeiros, como de resto (o Secretário Regional não pode conduzir o carro da Secretaria, tem que ter um motorista) só pode conduzir aquela carrinha, que está no nome da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra, quem legalmente habilitado para o fazer. E nem sequer era o Sr. tesoureiro, mas acho que é público, ali na terra e na cidade, quem conduzia a carrinha e que é a senhora que é companheira do Sr. tesoureiro. E, portanto, sobre esta matéria não tenho mais nada a dizer. Há de se cumprir a lei e o CDS vai-se empenhar para cumprir a lei.

Quanto ao mais, eu só gostaria de discordar e registando aquilo que o Sr. Presidente disse, que responsabilizaria o Sr. Secretário civil e criminalmente, teve a frontalidade de dizer isso, se acontecesse alguma coisa por falta de socorro. Eu, em primeiro lugar, responsabilizo-o a si, porque é o Presidente da Direção, ao Comando dos Bombeiros e depois então vamos acima. A responsabilidade civil e criminal, não sei se tem a noção, também é sua. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Presidente, tem alguma declaração final a fazer?

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: A única coisa que eu queria dizer era manifestar o meu espanto pela forma como agora fui interpelado, podendo ser eu, depois de não ter meios necessários para socorrer a população…

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É a lei.

(*) Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo: … depois de ter avisado a quem de direito que devia repor os meios e colocar à disposição os meios necessários para o socorro às populações, parece-me um bocado caricato ser eu a ser responsável civil e criminalmente, quando até as funções que desempenho ali são gratuitas. E mais, eu pago para ser presidente daquela Associação, porque, neste momento, como disse, eu vim dos Altares aqui abaixo na minha viatura e não recebo um escudo, nem ajudas de custo, nem subsídio de transporte. Portanto, eu ser criminalmente acusado numa eventualidade dessas é uma situação que me parece um bocado caricata. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. A responsabilidade civil e criminal e essas responsabilidades todas, são todas aferidas nos locais próprios. E, portanto, nós, como Comissão, não vamos voltar a falar disso. Há um local próprio para se decidir isso.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Posso fazer uma interpelação à Mesa?

Presidente: Faz favor.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não, não. Da minha parte já acabou, não tenho mais nada para dizer. É curioso que o Sr. Presidente fica sempre irritado após a minha intervenção e não…

Presidente: Eu não fiquei irritado!

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Deixe-me acabar. E não após a intervenção do Sr. Presidente da Direção. Mas eu queria solicitar, Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa, para que o Sr. Presidente da Direção fizesse, se pudesse e quisesse, obviamente, chegar à Comissão todos os documentos, ofícios que mandou à sua tutela e ao Serviço Regional de Proteção Civil, exatamente a pedir as condições para o cabal exercício das funções na sua Associação Humanitária. Queria deixar isso. Aliás, já que pôde dar um documento que é o parecer jurídico, se pudesse juntar os outros documentos. Não tenho mais nada a perguntar ao Sr. Presidente. Agradecer-lhe a sua vinda cá e muito obrigado da minha parte.

Presidente: Muito bem. Quanto à questão dos documentos agora solicitados, naturalmente fica à consideração do Sr. Presidente da Direção fazer chegar ou não à Comissão e aos respetivos elementos.

(*) **Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo:** Se me dão licença, isso não depende só de mim, depende da Direção. Mas também suponho que são meros atos administrativos de uma instituição que não têm nada a ver para os assuntos que aqui estão a ser conversados neste momento, nesta Comissão.

Presidente: Por isso é que fica à consideração da Direção, o enviar ou não esses elementos. Da minha parte, resta-me agradecer a vinda do Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros de Angra a esta Comissão e os esclarecimentos que prestou.

[…] Conversa inaudível

P´lo redator: André Silva

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Angra do Heroísmo, 08 de janeiro de 2018

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho